

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXIII Mensário, Novembro 1997 Nº269 Preço 140\$00

• **Eleições** De norte a sul do país, Açores e Madeira, todos os locais onde os associados poderão votar dia 15 de Novembro.

última página

• **Exposição** O Centro Cultural de Belém provou que os deficientes também podem ser artistas plásticos.

página 2

• **Escuridão** Na Expo-98 vai existir uma exposição intitulada "Diálogo no Escuro" onde os cegos serão os olhos dos visitantes.

página 5

• **Amnistia** A Secção Portuguesa da Amnistia conta com os leitores para ajudar a fazer justiça na Guatemala.

página 7



PORTE PAGO

Listas candidatas acreditam na afluência dos associados às urnas

Escolher o futuro

As eleições para os Órgãos Sociais Nacionais da ADFA são já no dia 15 de Novembro. As opções de escolha dos associados passam pela continuidade com a Lista A ou pela mudança com a Lista B. Pelo menos num ponto, candidatos

e apoiantes de ambas as listas parecem estar de acordo: é importante uma participação massiva de todos os associados, para que os eleitos representem, de facto, a vontade da maioria. Nesta última edição antes das eleições,

o ELO apresenta tudo — caras e nomes dos candidatos, motivações, objectivos e campanhas — sobre as listas concorrentes aos Órgãos Nacionais e Locais para último triénio do século.

páginas 8 a 18

ELEIÇÕES

1997

2000

A lista

B lista

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária Convocatória

Nos termos dos Artigos 28º e 29º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar no dia 15 de Novembro de 1997 (Sábado), das 9.00 às 19.00 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o triénio de 1997-2000.

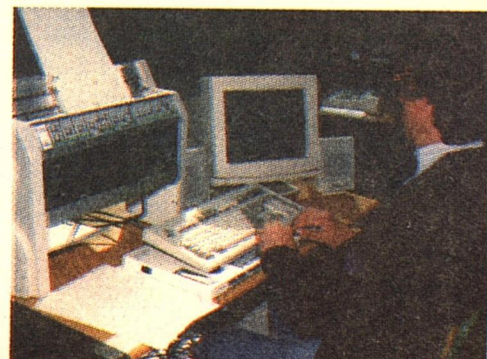
A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede Nacional, Edifício ADFA, em Lisboa, nas instalações das Delegações e noutros locais decididos pelas Mesas de Assembleia Geral de Delegação e ainda nos Núcleos existentes.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício (Presidente)

Campanha de sensibilização no Centro Colombo Lisboa comemora dia mundial dos invisuais

O Dia Mundial da Bengala Branca, a 15 de Outubro, foi marcado por uma iniciativa organizada pela Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, no Centro Comercial Colombo, em Benfica. Durante todo o dia, os visitantes do centro puderam sentir na pele o problema da cegueira, através da simulação de um conjunto de tarefas do quotidiano que, com os olhos vendados, tinham de resolver. No mesmo âmbito, foram apresentadas ao público, novas tecnologias para ajudar cegos.

página 4



Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA

Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),

Nuno Crespo,

Anabela Vieira (Porto)

Farinho Lopes (fotografia),
Maria José Carriço (secretariado)

COLABORADORES

Abel Fortuna, Armando Guedes da Fonte, Carlos Mendes, Carmo Vicente, Hugo Guerra, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, José Diniz, José Maia, José Monteiro, João Gonçalves, José Valente dos Santos, Lia Katali, Patuleia Mendes, Sá Flores, Victor Sengo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Maquetagem

Miguel Peixe Dias

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura Cabral, 26 Algés. Tel. 4198065

Gravação do ELO sonoro:

Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinatura anual: 1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

9 500 exemplares



Os visitantes puderam apreciar 37 quadros de 16 artistas deficientes

Artistas deficientes mostram trabalhos no Centro Cultural de Belém

Solidariedade em forma de exposição

“É NORMAL ser diferente” é o nome da exposição de artes plásticas, de 16 artistas deficientes, que de 15 a 31 de Outubro esteve patente ao público no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Organizada pela Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência (ANACED), a iniciativa pretendeu sensibilizar os visitantes para as potencialidades da pessoa deficiente. Segundo Cristina Fontes, directora da ANACED, os deficientes ainda continuam a ser vistos pela sociedade como “uns coitadinhos

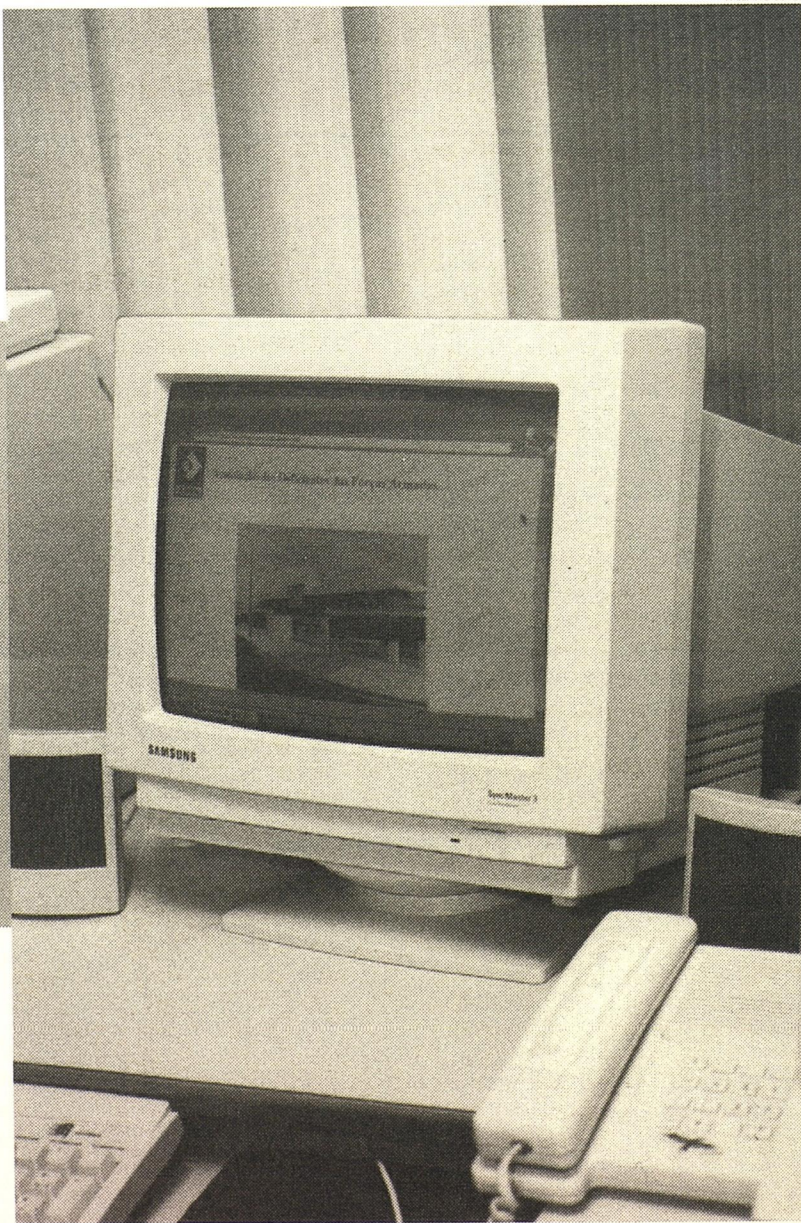
que não podem fazer nada, quando afinal apenas têm uma deficiência que não os impede de executar outros trabalhos”. No entanto, a responsável considera que “é preciso criar o hábito de que as pessoas se interessem por iniciativas deste género pela exposição em si e não por os artistas serem deficientes”.

Para dar uma maior visibilidade à criatividade dos artistas, a ANACED convidou várias figuras públicas portuguesas a comentarem um dos 37 quadros expostos. Personali-

dades como o primeiro-ministro António Guterres, o líder do anterior executivo, Cavaco Silva, o Presidente da República, Jorge Sampaio ou músicos como Miguel Ângelo, Mafalda Veiga e Teresa Salgueiro aceitaram o desafio da associação, partilhando o seu prestígio com cidadãos anónimos. “Afinal, o que é a deficiência? Diante desta obra de arte, sinto que a deficiência é minha, que não seria capaz de a pintar”, escreveu Francisco Sarsfield Cabral, um dos muitos convidados. •

INTERNET A Associação dos Deficientes das Forças Armadas aderiu recentemente à Internet. Para os associados da ADFA ou para todos aqueles que queiram saber o que é a Associação aí está uma página cheia de informação sobre a história da ADFA. Saber o porquê da sua criação, a actividade que tem desenvolvido ao longo dos 23 anos de existência, ou até simplesmente conhecer o trabalho que presta na defesa e promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus sócios tornou-se agora mais fácil através do novo serviço. Além da página, com estas e outras informações, a ADFA tem também disponível, desde o dia 30 de Outubro, um E-mail (correio electrónico) para onde os cibercosmopolitas poderão enviar todo o tipo de dúvidas ou sugestões, que posteriormente serão respondidas. Para os interessados aqui ficam os endereços:

E-mail: adfa@mail.telepac.pt e
Internet: http://www.adfa-portugal.com



- **1º sábado de cada mês**
A Delegação de Évora organiza um almoço-convívio entre os seus associados. Para mais informações, contactar Manuel Maria através do telefone: (066) 81 586 ou para o telefone da Delegação de Évora: (066) 23 473.
- **8 de Novembro**
Delegação do Porto; reuniões da Lista A com os associados: Valongo às 10h (Escola Secundária de Valongo); Penafiel às 10h (Bombeiros Voluntários de Penafiel); Lixa às 10h (Bombeiros Voluntários da Lixa); Vila Real às 15h (Bombeiros Voluntários de Vila Real da Cruz Verde); Paredes às 15h (Bombeiros Voluntários de Paredes); Porto às 15h (Delegação do Porto).
- **15 de Novembro**
Noite de fados em Aveiras de Cima. Os interessados em participar neste evento deverão contactar o Núcleo de Aveiras de Cima.
- **28 de Novembro**
Realiza-se no restaurante da Sede a comemoração do aniversário do ELO. As inscrições podem ser feitas na secretaria a partir de 15 de Novembro, onde também estarão à disposição dos sócios informações sobre a ementa e o preço da refeição.
- **20 de Dezembro**
A Delegação de Coimbra, através da Secção de Dinamização Cultural e Desporto, vai organizar um almoço-convívio, no Clube Recreativo de Patelas, na Conchada, em Coimbra. Os associados podem fazer as inscrições pessoalmente ou por escrito para a Delegação.

O ELO corrige

- Devido à existência de incorrecções nas informações fornecidas à redacção pelos serviços da Associação encarregues dos cartões GALP/ADFA, na edição anterior do ELO, pág.2, no texto intitulado “Cartões GALP/ADFA” foi noticiado que os mesmos já estavam disponíveis na Sede e delegações, o que na realidade não se passa. Apesar do jornal ser alheio à incorrecção, o ELO pede desculpa pelo sucedido, aos associados e às delegações afectadas.

Novos Associados

- Augusto Rebola da Costa
- Paulo Jorge Cró Gouveia
- Vítor Marinho Rocha da Silva
- Felismina Pacheco Gomes
- Bernardo Correia da Fonseca Suzano
- Jorge Augusto Ribeiro Costa e Silva
- Joaquim Francisco M. Amaral
- António Alberto Vergas Caspão
- Ernesto da Conceição Ferreira
- Valentim Almendra Félix
- Fernando António da Silva Gonçalves
- Alfredo Henriques Jesus
- José Gaspar Santos Abreu
- Carlos Manuel Ferreira Melo e Silva
- José Quipaca
- Manuel Alexandre Marques Cardoso
- Manuel Francisco Rosa Navalha
- António Manuel Vitorino
- António Henrique Ussumane Candé
- Malan Gano
- António José da Silva Fontinha
- Gabriel do Nascimento Antão
- Algácio Djaló
- Aurélio de Freitas
- Manuel Maia Gomes
- António da Horta Luís

Editorial

O objectivo



António Carreiro

Temos a experiência do combate. Conhecemos a força de um grupo determinado na conquista de um objectivo.

A Associação é o nosso grupo. Um grupo precisa de organização, de

liderança. Uma das nossas características é o debate quase permanente da nossa estrutura, acção e dirigentes. De três em três anos, agora, põe-se-nos a questão séria de escolher modelos organizativos, programas de acção e as pessoas que hão-de dirigir o combate.

A essência do associativismo é a participação de todos, sendo o acto eleitoral um dos momentos expoente da demonstração de vitalidade de qualquer organização associativa.

Cabe assim, aos associados exercer o seu direito de voto e, ao mesmo tempo, cumprir o seu dever de votar, expressando em massa o sentido que pretendem para a ADFA, conferindo-lhe a força que sempre resulta de um processo eleitoral.

A existência de duas listas candidatas aos Órgãos Sociais Nacionais exige e desperta em cada um maior interesse, mais aplicação, melhor esclarecimento para, em consciência, analisar as capacidades, competências e disponibilidade dos candidatos.

É através do voto que o associado tem o poder de escolher os mais capazes para prosseguirem os objectivos fundamentais que são a razão de ser da ADFA.

Não há associação sem associados. É imprescindível a comparência e o empenhamento de todos para a realização dos fins que são comuns, conseguindo-se com a colaboração de todos - a unidade, a coesão e a força do nosso grupo que assegura a capacidade reivindicativa.

Tal como para os órgãos nacionais, também a nível local, o poder das delegações resulta do poder dos associados, necessitando os órgãos da expressão maciça dos votos de todos para que a sua representatividade seja eloquente e lhes proporcione um reconhecimento sem reservas.

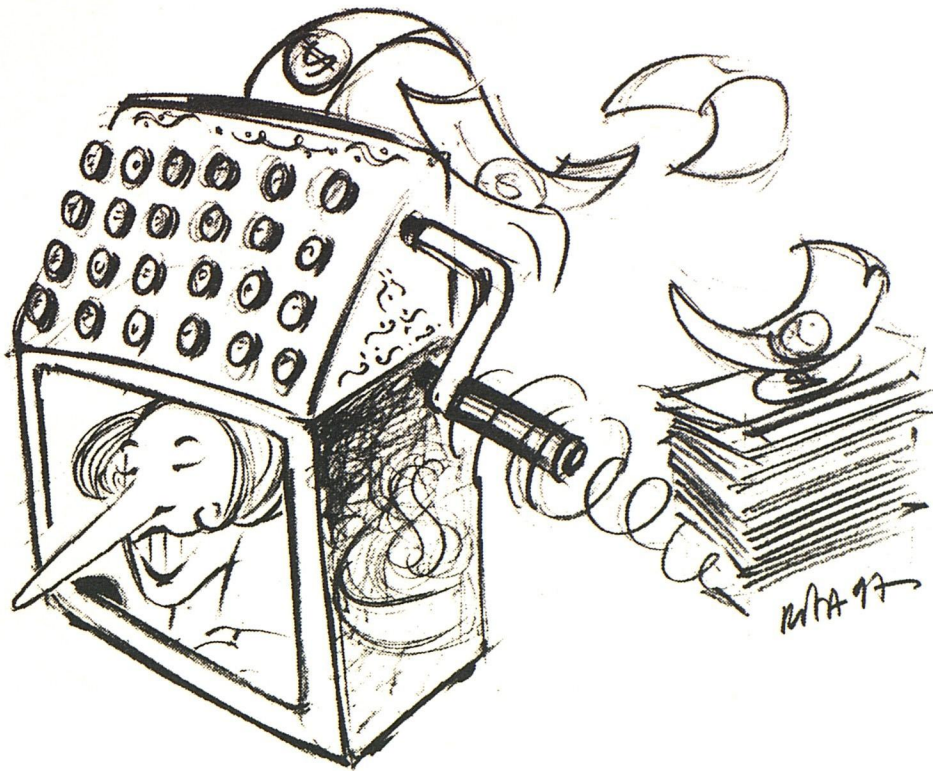
A nossa força está, assim, no querer de cada um. Juntos temos construído e vamos continuar a construir uma associação cada vez mais participada, cada vez mais participativa, cada vez mais interveniente, cada vez mais reivindicativa. É o nosso combate.

O facto de termos duas listas em confronto, ao contrário do que se possa pensar, engrandecemos, mostra a nossa vitalidade e a nossa vontade férrea de querer sempre o melhor. Há riscos, naturalmente, de eventuais dissensões, de querelas menos importantes. Ultrapassem-se esses riscos, respeitem-se os outros, realce-se a virtualidade do processo.

Não me compete apelar a que votem A ou B. Mas no próximo dia 15, com a garra que nos caracteriza, massivamente, vamos ao combate.

Votar é o objectivo do nosso grupo. •

Grande Plano



Filhos da Nação

Jaime Ferreri

Os ciganos deste país,
os ciganos de Vila Verde,
não precisam que se lhes
acirrem os pequenos ódios
herdados da educação
do passado. Muito menos
precisam de televisões
que aprofundem
esses ódios, que baralhem
a educação, que desafiem
o bom senso e a paz de vida
na comunidade.

grama a que assistimos não tem nada de apoio à etnia cigana, não tem nada de respeito pelas gentes de Vila Verde, não passa de mais um pastel enrolado em dinheiro fácil com que engorda despudoradamente o Dr. Pinto Balsemão. Vender assim ao povo deste país é utilizar publicidade enganosa, é servir-se dos favores e dos saberes que no passado o próprio povo lhe concedeu. O Dr. Pinto Balsemão não passa claramente do "Patriota" que João Carreira Bom em deleite de prosa oferece complementada na caricatura ladina de António. É certo que o director do "Expresso" suspendeu o cronista. A crónica fica na pequena raiva que se sente quando passam de "patriotas" a intocáveis.

É uma verdade para eles e outra para o povo que exploram. Em nome da liberdade de informação que apregoam suspendem os cronistas que os

caricaturam. Em nome dessa mesma liberdade achincalham pessoas, terras e situações. Que tipo de honestidade usam para nem confirmar se o presidente da câmara de Vila Verde estava ou não estava ao telefone? Que tipo de inteligência possuem para não distinguirem os disparates em tal telefonema?

Os ciganos deste país, os ciganos de Vila Verde, não precisam que se lhes acirrem os pequenos ódios herdados da educação do passado. Muito menos precisam de televisões que aprofundem esses ódios, que baralhem a educação, que desafiem o bom senso e a paz de vida na comunidade. Já bastam os pecadilhos de ambas as partes, a intolerância que só a escola poderá diminuir, a cidadania que nem todos entendem.

Não serve esta prosa para lavar os dramas de Oleiros ou Cabanelas. Como homem do Minho percebo alguns dos problemas que os gabinetes não resolvem. Cada courela não é, nestas bandas, apenas um pedaço de terra vendável por mais ou menos contos de reis. É como que um pedaço de nós, nas árvores que plantamos, nos frutos que colhemos, na paisagem que ajudamos a moldar. Esquecer a forma de vida destas gentes e divagar sobre elas é, para além de faltar à verdade, vergonhoso vitupério.

Sabemos quão poderosa é a estação de Carnaxide. Sabemos como consegue deformar, converter, banalizar. Acabamos de ver como consegue violentar, ofender e faltar à verdade.

Mas cuidem-se! Até aqui achincalhavam os grandes e davam de bandeja ao povo os despojos da civilidade perdida. Agora pegam o povo, a tirar-lhe pela força o que no passado não souberam dar-lhe. De Vila Verde vem só um formal pedido de desculpas... doutro sítio... talvez um dia chegue a cacetada a justicar. •

Episódios



A missão

José Diniz

Na tarde do penúltimo dia de uma operação de patrulhamento nas margens do Rovuma, abateu-se sobre nós uma daquelas tempestades tropicais que em pouco tempo deixa tudo alagado e faz transbordar tudo o que é regato, ribeiro ou rio, antes completamente secos. Ficámos encharcados até aos ossos.

Como estávamos relativamente perto do aquartelamento da companhia, pós-se o problema de passar mais aquela noite no mato assim molhados ou regressar de imediato e enquanto era de dia. Decidi pela segunda alternativa e lá nos pusemos ao caminho. Porém, as noites africanas não esperam e também aquela caiu brusca, não permitindo que a luz do dia nos acompanhasse até ao destino.

Chegados às proximidades do aquartelamento, já noite cerrada, outro problema se punha: como fazer a aproximação a um reduto fortemente vigiado e armado, de modo a que as sentinelas não nos confundissem com o inimigo? Por outro lado, ficar ali à vista de um banho reconfortante, roupa seca e talvez uma refeição quente era uma frustração completa.

Com o grupo de combate ainda fora do alcance das armas da companhia, decidi arriscar e mandei um pequeno grupo tentar fazer-se anunciar, de modo a que dessem pela nossa presença e fosse alertado todo o dispositivo de defesa de que iria entrar uma força amiga.

A tentativa resultou e lá entraram os "encharcados".

Mas aquele dia tinha que acabar mal e o tal banho, a roupa seca e a refeição quente acabaram por não ser nada reconfortantes. Logo à entrada fui recriminado por não ter levado a missão até ao fim por causa de uma simples chuvada. Caiu-me mal aquela chamada de atenção, mas acabei por reconhecer que me tinha precipitado, pois os riscos que fiz correr aquele grupo de homens que comandava terão sido bem maiores que o mal de uma noite passada ao relento a enxugar a roupa com o calor do corpo.

Foi uma lição que me ficou para toda a vida e ainda hoje, quando surgem obstáculos a barrar o cumprimento de tarefas importantes, lembro-me daquele dia em que deixei a meio uma missão ao primeiro contratempo. Isso dá-me alento para manter o rumo traçado e vencer as dificuldades. Na verdade, aquilo que aprendemos à nossa custa é geralmente bem doloroso, mas fica marcado para toda a vida e quantas vezes evita males maiores!... •

Nota do editor

DEVIDO À realização das eleições para os Órgãos Sociais da ADFA, a presente edição do ELO sofreu alterações relativamente a Secções ou Rubricas que, em situações normais, constituem o corpo e a linha do jornal. A importância do acontecimento eleitoral para a vida associativa é das poucas situações que ultrapassa a rotina estabelecida no jornal, assumindo, por isso, prioridade sobre qualquer matéria. Em alguns casos, como por exemplo na Secção *Escrevem os sócios*, optou-se pela não publicação da mesma, na tentativa de evitar que qualquer transformação pontual descaracterizasse a página tornando-a estranha para o leitor, principalmente se fossem aí acumulados assuntos que numa situação normal estão fora do âmbito daquela Secção. No entanto, no próximo número o ELO retomará a sua linha habitual. Nessa altura, todo o material que não entrou na presente edição, será - caso necessário - actualizado e publicado. •

Dia Mundial da Bengala Branca comemorado em Lisboa

Sensibilizar para diminuir diferenças

Nuno Crespo

O Dia Mundial da Bengala Branca comemorou-se a 15 de Outubro e, em Portugal, a ACAPO aproveitou a data para sensibilizar a sociedade relativamente aos vários problemas que afectam os cerca de oito mil cegos portugueses e limitam as suas capacidades de integração social. Limitações que vão desde os obstáculos e perigos de circulação na via pública até à segregação no acesso ao ensino superior.

vinde metros apenas com uma bengala branca na mão, pôr água num copo, construir um puzzle, distinguir um pacote de farinha de um pacote de açúcar ou simplesmente escrever o nome revelaram-se tarefas quase impossíveis de realizar. Dificuldades que, no entanto, depois de retirada a venda dos olhos deixavam de existir.

Preocupada com os problemas reais dos cegos e amblíopes portugueses, a ACAPO aproveitou a data mundial dedicada ao tema para "recordar à sociedade e aos governantes os vários problemas que afectam os deficientes visuais e limitam as suas capacidades de integração social". "O desemprego, os critérios segregadores no acesso ao ensino superior, os obstáculos e perigos de circulação na via pública, as desvantagens no acesso à informação, a ausência de direitos sociais compensadores da deficiência, a degradação e encerramento das escolas e centros de reabilitação", traduzem, segundo a ACAPO, alguns dos maiores problemas que os deficientes visuais enfrentam. Problemas que, no entender do presidente da ACAPO, José Adelino Guerra, são na sua maior parte "preconceitos provocados pelo desconhecimento das verdadeiras capacidades do cego". E, justificando a afirmação, o responsável dá alguns exemplos: "a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no acesso aos cursos de Geografia e História, tem como pré-requisito a capacidade visual e

a Escola Técnica de Saúde do Porto coloca impedimentos no acesso de deficientes visuais ao curso de Fisioterapia, quando noutros países europeus o Estado criou e reconhece oficialmente as escolas de fisioterapia para cegos".

Apesar de não existirem estatísticas oficiais quanto ao número de cegos em Portugal, não podendo por isso calcular-se a taxa de desemprego, a ACAPO estima que existam cerca de oito mil portugueses que precisam de recorrer à bengala branca para se orientarem na rua e que destes apenas 10 por cento conseguem emprego após a conclusão de um curso de formação profissional. Ainda segundo Adelino Guerra, esta situação apenas se verifica porque "os patrões não têm em conta o valor profissional do cego". Existem mesmo candidatos invisíveis que quando enviam o currículo, optam por ocultar a sua deficiência, pois desta forma poderão, no mínimo, ser chamados para uma entrevista.

Circular na cidade de Lisboa é outro dos problemas com que os cegos se deparam no dia-a-dia. Para a ACAPO, "a ausência de sensibilidade por parte de alguns serviços que intervêm em obras na via pública, bem como a falta de civismo e de respeito pela legalidade de algumas pessoas ao estacionarem veículos nos passeios, ao colocarem obstáculos em locais de passagem e a existência de buracos ou materiais de construção

não resguardados, associados a uma certa permissividade das entidades fiscalizadoras, são atentados permanentes à integridade física dos deficientes visuais".

"Lisboa tornou-se um autêntico labirinto, agora já não são só os carros e os buracos", afirma António Gonçalves, membro daquela associação, considerando que, com as caixas da TV Cabo, a "cidade se tornou mais perigosa, pois estas são autênticas rasteiras onde os cegos frequentemente esbarram", e, exemplificando o que devia ser feito na capital, acrescenta: "no Porto, o presidente da Câmara, mandou enterrá-las no chão".

A degradação e o encerramento de algumas das escolas e centros de reabilitação para cegos é outro dos problemas que preocupa Adelino Guerra. Em declarações ao ELO, o presidente da ACAPO refere como exemplos desta situação o facto do Instituto Branco Rodrigues, em São João do Estoril, "estar encerrado há já alguns anos, depois de ter sido gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, apesar dos esforços da associação para recuperar espaço", ou a existência em Portugal de "um único centro de reabilitação para pessoas cegas, quando há ainda poucos anos existiam dois". Actualmente, existe apenas o Centro Nossa Senhora dos Anjos do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, que, em virtude de ter encerrado



Não ver é muito complicado, mesmo que por minutos

no ano passado a área residencial, presta reabilitação somente a pessoas da área de Lisboa.

Muitas das dificuldades que os deficientes visuais sentem no desempenho das suas funções podem hoje ser atenuadas com o acesso às novas tecnologias, nomeadamente através da informática. No entanto, o desconhecimento dos avanços tecnológicos, o custo elevado dos equipamentos e a falta de verbas para a compra dos mesmos fazem com que, em Portugal, sejam ainda poucos os cegos que utilizam a informática. Um computador equipado com o software específi-

co para cegos, com sintetizador de voz e com uma linha de "braille" pode custar mais de mil contos, isto sem contar com o preço do computador.

Nascida há oito anos da fusão da Associação de Cegos Luís Braille com a Associação de Cegos do Norte de Portugal e a Liga de Cegos João de Deus, a ACAPO tem actualmente quase dois mil associados. A associação possui três centros de atendimento em Lisboa, e em nas cidades do Porto, Coimbra, Covilhã e Ponta Delgada. Em Lisboa, Porto e Coimbra, a ACAPO possui ainda bibliotecas em "braille" e sonoras. ●

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Refugiados na África Austral REINTEGRAR E DESENVOLVER

Lisboa • CULTURGEST • 18 Novembro 1997



CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

Jovens afectados promovem encontro com pais e médicos

Spina Bífida e sexualidade

CRIAR UM espaço de apresentação e discussão dos problemas ligados à sexualidade nos jovens afectados de Spina Bífida foi o objectivo do encontro realizado, dia 11 de Outubro, no auditório da ADFA, em Lisboa, pela Associação de Spina Bífida Hidrocefalia de Portugal (ASBIHP). Ao todo, cerca de 100 pessoas, entre doentes com mais de 16 anos, médicos, técnicos e pais de crianças ou jovens com a mesma deficiência debateram ao longo de mais de cinco horas assuntos ligados à sexualidade e Spina Bífida.

Organizado por um grupo

de jovens da ASBIHP, que procura através de iniciativas semelhantes encontrar respostas para alguns problemas concretos que atingem os afectados de Spina Bífida, o debate teve também como objectivo sensibilizar os pais dos deficientes "para a importância da educação sexual no desenvolvimento global dos seus filhos" e conhecer a atitude dos educadores para com esta situação. O encontro dividiu-se em duas partes: uma exposição teórica, feita com todos os presentes, e outra de carácter prático dividida em dois "workshops", constituídos por pais e

afectados.

Para Luís Quaresma, responsável do grupo de jovens da ASBIHP, a iniciativa foi "muito útil porque, por um lado, permitiu que os afectados conhecessem melhor alguns aspectos da sua deficiência, dado que foram fornecidos conselhos úteis, e pelo outro sensibilizou os pais para importância que a sexualidade tem na vida dos filhos". Segundo Luís Quaresma, no futuro, o grupo de jovens espera continuar a organizar mais encontros para se discutirem problemas relacionados com a Spina Bífida. ●

Despacho conjunto envolve três ministérios

Governo cria Comissão de Braille

OS MINISTÉRIOS da Educação, da Solidariedade e Segurança Social e da Cultura criaram, através de despacho conjunto, uma Comissão de Braille, no âmbito do Secretariado Nacional da Reabilitação para a Integração das Pessoas com Deficiência, reunindo especialistas em braillelogia e representantes em entidades governamentais e não governamentais com responsabilidade no desenvolvi-

mento e aplicação do código Braille à língua portuguesa.

Compete à Comissão emitir pareceres e recomendações sobre todas as questões que digam respeito à adaptação e aplicação do código Braille à língua portuguesa, bem como acompanhar estudos, iniciativas e realizações desenvolvidas a nível nacional e internacional, no campo da braillelogia.

A Comissão agora criada se-

rá constituída por representantes dos três ministérios, por um representante da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, por um representante da Comissão de Leitura para a Deficiência e por duas personalidades de reconhecido mérito no domínio da braillelogia. A Comissão terá um conselho científico composto pelo representante da ACAPO e pelas duas personalidades de reconhecido mérito. ●

Lisboa recebe exposição inédita em Portugal

Viagem ao mundo da escuridão

Nuno Crespo

Imagine um mundo às escuras. Os olhos, a imagem e os valores estéticos perderiam a importância que têm actualmente no quotidiano. No âmbito da Expo-98, Portugal recebe no próximo ano uma exposição onde durante cerca de 30 minutos a visão perderá qualquer significado e os visitantes serão guiados por pessoas cegas. A iniciativa, além de lembrar às pessoas que também têm outros sentidos, alerta o público para as necessidades e problemas dos deficientes visuais.



"Diálogo no Escuro": as barreiras no dia-a-dia dos cegos serão recriadas no interior da exposição

Será que o facto de não se ver representa um grande buraco negro? Que experiências vivem aqueles que estão permanentemente nessa situação? Como é que os cegos se apercebem do meio que os rodeia e em que é que as suas percepções diferem dos visuais? Estas são algumas das questões que a exposição "Diálogo no Escuro" quer suscitar nos visitantes, de forma a proporcionar uma aproximação entre aqueles que vêem e aqueles que não vêem. Integrada na Expo-98, a iniciativa procura sensibilizar o público para as necessidades e problemas dos deficientes visuais, além de pretender recordar às pessoas que, apesar de nos servirmos diariamente de todos os órgãos sensoriais, há uma tendência para cada indivíduo centralizar a sua existência em função das faculdades visuais.

Para visitar esta exposição, inédita em Portugal, e participar de forma activa, o público é "obrigado" a utilizar todos os sentidos, excepto a visão, pois no interior da instalação não existe qualquer tipo de luminosidade. Desta forma, durante cerca de 30 minutos, os olhos deixam de ser necessários e o cheiro, o tacto, a audição e o paladar assumem o protagonismo na descoberta de tudo o que rodeia os visitantes. Uma das características da exposição, prende-se com o facto de haver uma inversão de papéis,

em relação ao que acontece normalmente na realidade, entre aquele que vê e o cego, pois o guia passa a ser o deficiente visual e o visitante o que é guiado. Os cegos são, neste tipo de terreno, os grandes especialistas de orientação, sendo fundamentais para que o público possa visitar a exposição.

Exibido em já oito países desde 1989 Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, França, Inglaterra, Hungria e Holanda, o "Diálogo no Escuro" é, segundo Artur Alcoentre, responsável da empresa encarregada de trazer e instalar a exposição em Portugal (ARRECO), "uma experiência sem precedentes na comunicação entre o mundo daqueles que não vêem e o mundo daqueles que vêem", permitindo ao público tomar "consciência do quotidiano de uma minoria através da experiência pessoal e contacto com essas mesmas pessoas". Artur Alcoentre realça ainda que o facto de apenas a "expressão oral permitir manifestar a nossa presença, não existindo a mínima barreira visual que proporcione um julgamento antecipado do que quer que seja, o 'look' dá lugar aos conteúdos".

Em Portugal, o "Diálogo no Escuro" será composto por quatro recintos completamente escuros com ambientes diversos a galeria de arte, o jardim público, a travessia de uma passeadeira de

peões e um bar à beira rio, que possibilitam aos visitantes a exploração de situações banais do dia-a-dia de uma cidade como Lisboa. Na galeria de arte, os visitantes irão definir e discutir as diversas formas das esculturas e dos quadros expostos, sempre com a ajuda dos seus guias cegos. No jardim público, as pessoas tomam contacto com a natureza, apreciam o cheiro das flores, sentem a brisa no rosto, passam a ponte que atravessa o riacho, ouvem o cão que passeia no jardim, o barulho das crianças a jogar à bola e o canto dos pássaros. Na travessia da passeadeira de peões, o público apercebe-se dos obstáculos que frequentemente os cegos encontram na via pública, das dificuldades que o deficiente visual tem para atravessar a rua numa passeadeira, do ensurdecedor barulho do trânsito ou da poluição provocada por uma grande cidade. O último recinto da exposição, o bar à beira-Tejo, é o local para os visitantes trocarem impressões sobre a experiência que acabaram de viver, dialogando entre si, mas também o local onde podem saborear um pastel de bacalhau acompanhado de uma bebida.

Terminado o percurso na escuridão, o público tem acesso a uma zona designada por "exposição audiovisual", onde os responsáveis do "Diálogo no Escuro" pretendem fazer uma amostragem do trabalho efectuado em Portugal e no

mundo na área das adaptações para cegos e ambliopes, constituindo uma oportunidade para as associações portuguesas promoverem a sua imagem a nível internacional.

Na Europa, o "Diálogo no Escuro" já foi visto por mais de 500 mil pessoas, tendo dado emprego a cerca de 800 deficientes visuais. No nosso país, as estimativas apontam para a possibilidade de 58 mil pessoas visitarem a exposição, durante o ano de 1998, sendo que 33 mil visitantes serão no decorrer da Expo-98 e os restantes 25 mil no quarto trimestre do ano. De Maio a Dezembro de 1998, a exposição empregará 35 deficientes visuais, entre telefonistas, pessoal para manutenção do espaço e guias cegos que garantirão seis línguas diferentes (alemão, inglês, francês, espanhol, russo e chinês). Apesar de ser instalado em Lisboa durante o decorrer da exposição universal, o evento percorrerá posteriormente as principais cidades de Portugal.

As estimativas da afluência do público prevêem que no espaço de uma hora um máximo de 40 pessoas possam visitar a exposição. "Mergulhar" na escuridão custará 250 escudos para as crianças e mil escudos para os visitantes com mais de 10 anos de idade, estando também previstos descontos de 50 por cento, para as visitas de grupos escolares. ●

Seminário internacional

Refugiados na África Austral

O AUDITORIO da Culturgest, em Lisboa, realiza dia 18 de Novembro um seminário internacional dedicado ao problema dos refugiados na África Austral. Enquadrado no "Projecto Refugiado" e organizado pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR), a iniciativa tem como principal objectivo contribuir para uma maior divulgação e sensibilização das realidades sócio-económicas naquela região, bem como suscitar apoio político e material para a solução do problema.

O "Projecto Refugiado", no qual o CPR participa em parceria com os conselhos holandês e italiano para os refugiados e com o patrocínio da União Europeia, "pretende manter vivo o interesse e a ajuda aos países da África Meridional, em particular Angola e Moçambique" através de conferências, seminários, intervenções didácticas nas escolas e encontros em Angola, Moçambique, Itália e Holanda. O projecto pretende também contribuir para que a Europa se informe e conheça a situação dos refugiados e deslocados em África, estimulando um maior apoio político e material da parte dos políticos europeus e entidades competentes.

O CPR é uma Organização Não Governamental, fundada em 1991, que tem como principal missão defender e promover o direito de asilo em Portugal. Esse foi o objectivo do acordo celebrado em 1993 com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), um protocolo que lhe permite desenvolver trabalho diário de apoio jurídico e social aos requerentes de asilo e refugiados, bem como acções diversas no âmbito da educação, formação e sensibilização para todas questões ligadas à defesa dos Direitos Humanos.

Em 1953, o ACNUR tinha a seu cargo 1,2 milhões de refugiados europeus, consequência da II Guerra Mundial. Em 1996, este número estimava-se em 26 milhões de pessoas, entre refugiados, repatriados, deslocados internos e outros grupos. De fora estão os 3,2 milhões de palestinianos registados na agência da Organização das Nações Unidas que se ocupa especificamente destes, a UNRWA. ●

CONTA MG POUPANÇA HABITAÇÃO

Uma conta a prazo...

Abra hoje mesmo a sua Conta MG Poupança Habitação e para além e vantagens fiscais, tenha acesso ao crédito à Habitação do montepio Geral.

Informe-se nos nossos Balcões.

...uma casa às ordens.



MONTEPIO GERAL

HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Guatemala

Apelos contra a impunidade

A Guatemala é um país dividido entre a apreensão e a esperança. A assinatura, em 29 de Dezembro de 1996, dos Acordos Finais de Paz entre o Governo e a oposição armada, URNG/Unidad Revolucionária Nacional Guatemalteca, pôs termo ao mais longo conflito armado da América Central.



AO LONGO das últimas três décadas, dezenas de milhares de guatemaltecos, a grande maioria pertencente aos povos indígenas, "desapareceram" ou foram extrajudicialmente executados por agentes das forças de segurança. Centenas de povoações foram completamente destruídas. Catequistas, padres, professores, sindicalistas e dirigentes de comunidades rurais foram selectiva e sistematicamente raptados, torturados e massacrados. No auge das operações de "contra-insurreição", nos finais dos anos 70 e início dos 80, cerca de um milhão de pessoas tiveram que se deslocar internamente e centenas de milhares viram-se forçadas a procurar refúgio fora do país, números assustadores numa população que rondava os oito milhões de habitantes.

Na Guatemala actual, as violações dos

Direitos Humanos já não ocorrem de forma massiva como aconteceu no passado. No entanto, seja qual for a forma, massiva ou selectiva, o governo guatemalteco é responsável por todas as violações, passadas e presentes, cometidas por agentes estatais, assim como pelo assegurar da responsabilização destes seus actos. Note-se que o Acuerdo Global sobre Derechos Humanos, de 1994, tinha como grandes objectivos o combate à impunidade e o assegurar da protecção dos Direitos Humanos.

No entanto, ainda hoje, defensores dos Direitos Humanos, críticos das políticas governamentais, jornalistas, sindicalistas, estudantes, juizes, advogados, testemunhas e todos aqueles que lutam pela descoberta da verdade, pela responsabilização dos culpados das atrocidades cometidas no passado e presente, constituem alvo frequente de repressão e são, conseqüentemente, vítimas preferenciais de violações dos Direitos Humanos. Não estão também a salvo os pequenos delinquentes, as crianças de rua, as populações pobres, os refugiados retornados, os camponeses e trabalhadores que lutam pelo direito à terra e pela melhoria das condições de trabalho nas áreas rurais mais remotas da Guatemala.

Xamán: o massacre de retornados

Santiago Coc Pop, de oito anos, e Maurilia Coc Max, de sete, nasceram

num campo de refugiados do México. Cresceram entre outras famílias guatemaltecas que fugiram do país durante os anos 70 e inícios dos anos 80. Um acordo celebrado em 1992, entre os representantes dos refugiados e o Governo guatemalteco, reconhecia os direitos dos refugiados, garantia a sua segurança e prometia-lhes o acesso à terra. Em 1994, passada mais de uma década de exílio, centenas de famílias regressam à Guatemala. As famílias de Santiago e Maurilia estavam no grupo que se estabeleceu na quinta Xamán, em Chisec, no departamento de Alta Veraspaz.

Um ano depois, a 5 de Outubro de 1995, Santiago Coc Pop e Maurilia Coc Max, foram mortos por membros de uma patrulha militar pertencente ao quartel militar de "Rebelsanto", na zona militar 21. Os militares entraram na quinta e dispararam indiscriminadamente. Morreram 11 pessoas e 30 ficaram feridas. Um soldado alvejou Santiago no braço, depois perseguiu-o e alvejou-o novamente no peito, matando-o. Maurilia foi alvejada pelas costas e morta em circunstâncias que ainda permanecem por esclarecer.

Apesar da transferência do processo para um tribunal civil, ainda ninguém foi judicialmente acusado ou responsabilizado pelo massacre de Xamán. Quatro dias após o massacre, o Ministro da Defesa resignou ao seu cargo e o Comandante da Zona Militar

21, Cobán, em Alta Veraspaz, responsável pela patrulha militar, foi demitido pelo Presidente Ramiro de León Carpio. Todavia, é do conhecimento da Amnistia Internacional que não foram apresentadas quaisquer acusações criminais contra o Comandante Militar. Em Novembro de 1996, oito membros da patrulha militar que entrara na quinta Xamán, foram novamente detidos, após terem sido previamente libertados sob fiança.

As investigações judiciais sobre o massacre têm sido travadas por ameaças feitas contra as testemunhas e advogados que representam as vítimas, bem como pela alegada adulteração de provas. Todavia, as investigações conduzidas por organizações nacionais e internacionais, são unânimes em apontar os soldados como responsáveis pelo massacre, refutando alegações de que o mesmo foi provocado pelos membros da comunidade que se encontravam armados e começaram a disparar.

A Amnistia Internacional considera que esta incursão feita pelos membros das forças armadas, foi um acto deliberado de intimidação contra os refugiados, o qual conduziu ao massacre. A Amnistia Internacional crê também que algumas das vítimas morreram em circunstâncias que sugerem terem sido executadas extrajudicialmente.

Amnistia Internacional
Secção portuguesa

Apelo aos leitores:

Sugerimos que envie uma carta (com cópia para a Secção Portuguesa da Amnistia Internacional) onde:

- Demonstre preocupação pelo ocorrido;
- Chame a atenção das autoridades para que tomem as medidas necessárias, no sentido dos responsáveis pelo Massacre de Xamán serem apresentados perante a Justiça, recordando simultaneamente a cláusula 3.1 do Acuerdo Global sobre Derechos Humanos, que diz: "As partes concordam que se deve actuar com firmeza contra a impunidade".

Endereços:

Lic. Rodolfo Mendoza
Ministro de Gobernación,
Ministerio de Gobernación.
Despacho Ministerial, Of. No 8
Palácio Nacional, 6ª Calle y 7ª Avda
Zona 1
Cuidad de Guatemala, Guatemala

Amnistia Internacional
Secção Portuguesa
Rua Fialho de Almeida, nº 13 - 1º
1070 Lisboa



Grupo Volkswagen

CARLAR, S.A.

A Carlar, S.A. oferece atendimento personalizado em toda a linha Skoda, exclusivamente para deficientes

Vendas especiais para deficientes



a **SKODA** convida-o a vir experimentar a nova gama **FELICIA**, agora equipada com:

- Direcção Assistida
- Injecção Multi-Ponto
- Novos Motores Diesel
- ABS + AirBag*

Venha a um concessionário Skoda conhecer o Felicia e o Felicia Break, dois automóveis que respondem a todas as suas necessidades. Têm espaço para tudo, facilmente acessível através das 5 portas e toda a comodidade proporcionada pela direcção assistida de série. A segurança também não foi deixada ao acaso, por isso vêm equipados com ABS e Air Bag em opção. Skoda Felicia é o automóvel feito a pensar em si.

CARLAR

R. Quinta do Almargem, 10 - 1300 Lisboa
Tel: (01) 362 06 20
António Bernardes
Delegado de Vendas Especiais para Deficientes
Telemóvel: 0936 62 60 41
Res. Telef. (063) 790267



Grupo Volkswagen



IBERLENTE

OLHOS ARTIFICIAIS (POR MEDIDA, ANTI-ALÉRGICOS, PINTADOS À MÃO E INQUEBRÁVEIS)

TESTES GRATUITOS À VISÃO E NA ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTACTO

CONSULTAS MÉDICAS DIÁRIAS GRATUITAS NA COMPRA DE ÓCULOS OU LENTES DE CONTACTO

LENTE COSMÉTICAS (PARA MUDANÇA DE COR DE OLHOS)

20% DE DESCONTO AOS SÓCIOS DA ADFA (EXCEPTO SE USUFRUIR DE OUTROS DESCONTOS OU ARTIGOS EM CAMPANHA)

UM
OLHAR
PARA
O FUTURO

Centro Ocular Iberlente, Lda. Rua Passos Manuel, 4-C — 1150 Lisboa
Telf. (01) 352 06 49 Fax (01) 357 02 37

ELO

Programa da lista A

Lista A

Candidata aos Órgãos Sociais Nacionais (MAGN, DN e CFN) para o triénio 1997-2000

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

| | | |
|----------------------|---|----------|
| Presidente | Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício..... | n.º 208 |
| 1.º Secretário | José Machado Dinis | n.º 311 |
| 2.º Secretário | António dos Santos Carreiro | n.º 1334 |

DIRECÇÃO NACIONAL

| | | |
|---------------------------|---|-----------|
| Presidente | Humberto Sertório Fonseca Rodrigues | n.º 150 |
| 1.º Vice-Presidente | Augusto António Catarino Salgado | n.º 6627 |
| 2.º Vice-Presidente | João Manuel Sarmento Coelho | n.º 1868 |
| 1.º Secretário | Carlos Alberto Santos Mendes | n.º 1464 |
| 2.º Secretário | Hugo António Constantino Guerra | n.º 10419 |
| 3.º Secretário | Aires Dias de Oliveira Abrantes | n.º 2370 |
| Tesoureiro | José Albino Assunção Gabriel | n.º 437 |

CONSELHO FISCAL NACIONAL

| | | |
|------------------|--------------------------------------|----------|
| Presidente | José Horta Carneiro | n.º 2928 |
| Secretário | António Cotrim Viana | n.º 2429 |
| Relator | Otilio Pinguinha Calicho | n.º 75 |
| 1.º Vogal | Mário Alberto Feliciano Inácio | n.º 9272 |
| 2.º Vogal | José Manuel Farinho Lopes | n.º 839 |

Lista Autónoma ao Conselho Nacional da ADFA/lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|---|-----------|
| Manuel Lopes Dias | n.º 379 |
| Cândido Manuel Patuleia Mendes | n.º 519 |
| José Luís Rodrigues de Noronha | n.º 1625 |
| Manuel Rocha Ferreira | n.º 3144 |
| Luís de Almeida Machado | n.º 11534 |
| Jaime Ferreri de Gusmão Gonçalves | n.º 2420 |
| Luís Baltazar Simões Ribeiro | n.º 65 |
| João Matias de Vasconcelos | n.º 590 |
| Silvio Ferreira Marques Lourenço | n.º 8132 |
| José Manuel da Silva Furtado | n.º 20 |
| Amandio Acácio Pires | n.º 2075 |
| Albertino Flores Santana | n.º 566 |

CONSELHEIROS SUPLENTE

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| Elisiário José Reis Seabra | n.º 1768 |
| Abubacri Demba Baldé | n.º 9638 |
| António José Alves da Rocha | n.º 3966 |
| Ludgero dos Santos Sequeira | n.º 10132 |

Programa de Acção

PORQUE NOS RECANDIDATAMOS

“Porque queremos uma Associação de todos e para TODOS”

Este acto foi profundamente pensado antes da tomada de decisão de apresentarmos a nossa recandidatura, não só pela responsabilidade que estamos a assumir, seriamente, perante os associados da ADFA, mas também porque pesámos conscientemente as nossas limitações de natureza pessoal, familiar e profissional e concluímos que podíamos assumir.

Não obstante, esta tomada de decisão, foi acompanhada de uma ampla reflexão com todos aqueles que mais de perto acompanharam a vida da Associação, tanto a nível local como nacional, no sentido de se criar uma equipa que, com capacidade e empenhamento, pudesse continuar a desenvolver as acções e projectos que estes mesmos, agora de novo candidatos, apresentaram aos associados nas eleições de 1995 e a que deram seguimento após o sufrágio eleitoral de Janeiro de 1997.

Na sequência desta reflexão, gerou-se um movimento associativo, de dimensão nacional, englobando associados da maioria das Delegações e Núcleos espalhados pelo País, no sentido de que os actuais órgãos sociais nacionais se deveriam recandidatar, com os ajustamentos que entendessem necessários, de modo a que os projectos em curso, da maior importância para um desenvolvimento integrado da ADFA, possam ter a continuidade desejada.

Esta continuidade só é possível com a participação e o empenhamento de todos aqueles que estão verdadeiramente interessados no desenvolvimento e consolidação dos objectivos e fins da nossa Associação, pois só assim poderemos garantir enfrentar em conjunto, os desafios que a cada momento nos serão colocados.

Esta, a nossa proposta.

II

O QUE NOS PROPOMOS FAZER

1 — Continuação das reuniões mensais com os associados interessados no desenvolver da vida associativa, em moldes renovados de modo a auscultar, em cada momento, a opinião da maioria.

2 — Manutenção das reuniões periódicas e descentralizadas com os Órgãos Sociais das Delegações e Núcleos, porque o consideramos como uma das mais genuínas formas de participação nos projectos nacionais.

3 — Realização do 24.º Aniversário da ADFA no Porto, com organização da

Delegação e apoio nacional a exemplo do que se fez este ano em Viseu e Bragança (23.º Aniversário) com a participação de cerca de um milhar de associados, familiares e forças vivas das respectivas regiões, nas duas cidades.

Início da programação do 25.º Aniversário, em Maio de 1999 em Lisboa, com toda a dignidade que tal efeméride merece.

Prendemos ainda no nosso mandato preparar, para Faro, a comemoração do nosso 26.º Aniversário no ano 2000.

4 — Organizaremos e levaremos a efeito, já no 1.º Semestre de 1998, um Seminário sobre a problemática do D.P.T.S. vulgo, Stress de Guerra.

5 — Promoveremos no 2.º Semestre de 1998 uma Cimeira com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe) cujo tema de fundo será “A Pessoa com Deficiência em todo o Espaço Lusófono”, no sentido de empenhar os respectivos Governos na problemática geral da dignidade do deficiente como pessoa humana.

6 — Dinamizaremos e apoiaremos os encontros anuais de organizações ou grupos de militares e civis ex-combatentes numa perspectiva globalizante de integração com a sociedade no seu todo.

Daremos especial ênfase aos estreitamento de relações com a Associação 25 de Abril.

7 — Iniciaremos de imediato a preparação do Congresso da ADFA com a desejada participação de todos os associados. E, porque a importância deste é por demais evidente, tencionamos levá-lo a efeito no 1.º Semestre de 1999, de modo a que o próximo ano possa, serenamente, ser utilizado por todos aqueles que afincadamente vivem a ADFA e queiram contribuir para o seu engrandecimento.

8 — Será dinamizado o projecto, já em curso, da criação de estruturas físicas e apoio humano aos nossos Núcleos em Luanda, Bissau e Maputo, sem perdermos de vista as necessidades das Delegações e Núcleos instalados em território nacional.

9 — Serão criadas condições para a indispensável revisão estatutária, considerando a experiência vivida no decurso da vigência dos actuais estatutos, no sentido da sua melhor adequação à realidade associativa.

10 — Desenvolveremos uma entidade com características eventualmente mutualistas, que nos permita criar estruturas de apoio aos deficientes mili-

tares nas áreas assistencial, lazer e tempos livres, com a qualidade a que temos direito.

11 — Daremos seguimento ao Projecto de Desenvolvimento Económico da ADFA, no qual os associados poderão livremente participar, e que gerará os fundos necessários para o lançamento de Estruturas Produtivas Autónomas que proporcionarão o ambicionado e previsível desafogo financeiro da Associação que, enquanto tal, se poderá e deverá dedicar aos seus problemas de génese:

- melhoria das medidas legislativas;
- reforço da sua capacidade interventiva e reivindicativa

interligação mais activa com as organizações congéneres nacionais e estrangeiras.

- manutenção da exigência no sentido dos Hospitais Militares continuarem a prestar a assistência médica e protésica a que temos direito.

- continuação da intervenção activa no Conselho Consultivo do Ministério da Defesa Nacional, especialmente enquanto continuarem por resolver os problemas devidamente equacionados no documento intitulado "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares" apresentado pelos actuais Órgãos Nacionais no Ministério da Defesa Nacional.

- maior intervenção no Lar Militar da Cruz Vermelha através da sua representação no Conselho Consultivo, perspectivando, desde já, que os fins para que foi criado não podem nem devem ser alterados.

- afirmação junto dos Órgãos de Soberania, Forças Armadas e dos Parceiros Sociais da grandeza da nossa Associação e da justiça das nossas reivindicações.

12 — Vamos pugnar pela inclusão da ADFA, como representante de pleno direito no recém constituído Conselho Nacional de Reabilitação, tendo em conta que entendemos não ter qualquer lógica desperdiçar a experiência de 23 anos de uma organização dedicada à problemática da deficiência nas suas múltiplas vertentes e porque é a ADFA considerada a nível nacional, uma referência e exemplo para as demais organizações de deficientes.

13 — Organizaremos em 1998 e nos anos seguintes, se necessário, um Fórum especialmente dedicado aos problemas das "Dependências das Pessoas" - álcool, droga, jogo, etc - para o qual serão convidados técnicos e personalidades ligadas a essas matérias que afectam toda a nossa vivência em sociedade.

14 — Na Federação Mundial de Antigos Combatentes - FMAC, iremos bater-nos com veemência, no sentido de que essa Organização Internacional comece a debruçar-se, com a força institucional que possui, sobre os problemas relacionados directa ou indirectamente com as vítimas dos mais recentes conflitos regionais, produtores de pessoas deficientes e que necessitam de apoio, reparação, reabilitação e integração social.

15 — Promoveremos com celeridade a constituição do Conselho de Redacção do ELO, reforçando no conteúdo do mesmo, as temáticas ligadas à legislação, reabilitação e vida associativa, projectando-o como Órgão de comunicação

especializado, de interesse para os associados e comunidade civil e militar.

16 — De acordo com as necessidades e as sinergias geradas nas Delegações e Núcleos daremos continuidade à dinâmica imprimida, com a implementação da melhoria de condições de trabalho (computadores operacionais ligados à Sede Nacional, telecomunicações modernas, formação de pessoal e apoio específico além da admissão de funcionários qualificados para apoio dos associados) ou, com a aquisição ou reconstrução de Sedes condignas, a exemplo do que se conseguiu neste mandato, com a compra do terreno onde há 23 anos funciona a Delegação do Porto, ou a aquisição da nova Sede de Ponta Delgada, espaço polivalente, onde se irá desenvolver um Centro de Próteses que servirá a população necessitada de toda a Região Autónoma em ligação com as estruturas do Governo Regional; ou ainda a realização do velho sonho dos Deficientes das Delegações de Famalicão, Bragança e Viseu já dotadas, neste mandato, com instalações à altura das suas necessidades e aspirações.

17 — Daremos especial atenção à prestação de Serviços Clínicos aos associados e familiares, tentando que nalgumas Delegações se criem idênticas condições às que foram conseguidas na Sede. Em Julho deste ano foram atendidos mais de setecentos doentes nas onze valências clínicas que hoje já temos a funcionar na Sede:

Clinica Geral, Psiquiatria, Psicologia Clínica, Urologia, Fisioterapia, Fisiologia, Estomatologia, Próteses Dentárias, Gastroenterologia, Acupunctura e Análises Clínicas.

18 — Continuaremos a negociar com a GALP no sentido de, já no início de 1998, estender às Regiões Autónomas o benefício já usufruído por cerca de 2000 associados que têm descontos nos combustíveis, por terem aderido ao Cartão Galp-Frota.

19 — Diligenciaremos no sentido de levar a bom termo o projecto de transferência da Tipografia-Escola, já apresentado às entidades competentes e denominado "ADMFA 2000" que engloba Oficina de Próteses e Formação Profissional, sinal inequívoco de que não pretendemos cristalizar no tempo mas sim projectar a ADFA para além do milénio.

20 — Continuaremos também as diligências já encetadas com a Câmara Municipal de Silves para a implementação do projecto denominado "Empreendimento São Bom Homem" no qual se pretende construir um complexo turístico-hoteleiro destinado a deficientes nacionais e estrangeiros, prioritariamente ex-combatentes, e no qual além de mais de 100 quartos devidamente adaptados e com assistência médica permanente, existirá uma forte componente agro-florestal para lazer e repouso dos veteranos.

21 — Não descuraremos a ligação já iniciada com a nossa congénere Associação dos Militares Mutilados da Guerra de Angola - AMMIGA com a qual tencionamos dinamizar e estreitar as relações de reabilitação médica, protésica e sócio profissional consubstanciadas em acordos bilaterais apoiadas

pelos Governos dos dois Países e cujo projecto "NOVO RUMO", em adiantada fase, se encontra no organismo competente para as ajudas comunitárias. Para este efeito contaremos mais uma vez com a grande experiência do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia que com acções de formação de técnicos angolanos e apoio no local, poderá minorar os problemas que afectam os nossos associados camaradas deficientes amputados residentes naquele País.

22 — Para a concretização das medidas anteriormente mencionadas contamos com o envolvimento de todos os associados na Sede e Delegações.

Para tal serão criadas condições de participação associativa a nível Nacional, Regional e Local que permitirão a cada associado ser parte integrante neste processo.

III

NOTA FINAL

Não é por acaso que os elementos concorrentes pela Lista A, não apresentaram aqui e agora, neste manifesto eleitoral, aquilo que fizeram.

Os relatórios de actividades e contas dos dois primeiros anos de mandato são exaustivos do que se fez e ficou por fazer. Foram discutidos e aprovados em Assembleias Gerais realizadas em 1996 e 1997. Quanto à actividade deste ano será apresentada aos sócios em Assembleia Geral a convocar até ao dia 31 de Março do ano que vem. Será com certeza um exercício mais exaustivo e esclarecedor sobre aquilo que nos propomos fazer, se os associados depositarem em nós confiança e nos elegerem, pelo que da leitura do que nos propomos se pode inferir o que já foi feito e o muito que ainda há para fazer.

Programa eleitoral da Lista Autónoma lista A

Os associados subscritores desta Lista autónoma, que se apresenta a votos nas eleições para o Conselho Nacional, no próximo dia 15 de Novembro, conscientes da filosofia que presidiu, na revisão e actual letra dos nossos Estatutos, à criação desta figura, de tão importante dimensão associativa e capacidade de intervenção independente, reúnem-se em torno de um Plano de Acção aberto, interveniente e que pretendem aglutinador da vontade de todos os sócios.

As linhas de orientação que norteiam os elementos desta Lista, comprometem-nos a pautar o seu trabalho por:

- rigorosa AUTONOMIA relativamente a todos os Órgãos Sociais da ADFA;
- interessada AUSCULTAÇÃO dos problemas e sugestões dos deficientes militares, para melhor os compreenderem e representarem;
- permanente COMPROMISSO com as normas estatutárias e o querer dos associados;
- perfeita INTERLIGAÇÃO entre a es-

trutura orgânica e o tecido associativo, instituindo-se em elo privilegiado de difusão da informação, utilizando, para tal, todos os meios disponíveis, designadamente o nosso jornal.

Para alcançar estes objectivos, claros e precisos com o presente Plano de Acção, e de forma empenhada, como a sua conhecida dedicação à ADFA, os elementos desta Lista, conhecedores e com sensibilidade para os problemas dos associados de todo o País, reuniram-se em torno deste ideal. É, assim, mais fácil ouvir e sentir as dificuldades que a todos nos afectam.

Os candidatos que incorporam esta proposta, com provas dadas ao serviço da nossa Associação, conhecem as responsabilidades que assumem, e lhes serão exigidas, e propõem-se ainda, desencadear no Conselho Nacional debates, destinados a aprofundar os temas considerados de maior relevância no desenvolvimento das acções da ADFA, nomeadamente:

- a) A Reivindicação de todos os direitos dos deficientes militares
- b) A ADFA e as Estruturas Nacionais de Reabilitação
- c) O Movimento associativo das pessoas com deficiência.
- d) O desenvolvimento económico da ADFA
- e) O Relacionamento Internacional da ADFA
- f) A criação de novos núcleos da ADFA no estrangeiro, designadamente em Angola e Guiné Bissau.
- g) A consciencialização da ADFA, para os graves problemas que afectam os nossos associados dos PALOP.

Constituiremos também, e muito especialmente, uma equipa motivada para as grandes tarefas da ADFA, como a dinamização associativa e os trabalhos de preparação e organização do IV Congresso, que o Conselho Nacional, previsivelmente, convocará para que se realize durante o mandato que se avizinha.

Temos bem consciência da responsabilidade que sobre nós recairá, ao integrar o Órgão que deve zelar pela coesão e estabilidade associativas! Assim e com coerência, seremos uma força de exercício de crítica construtiva, sem assumir a função anómala de bloco de obstrução sistemática, aspirando a que nos sejam garantidas todas as possibilidades para o contacto com os sócios de todo o país, no único intuito de melhor podermos representar os seus anseios e, mais objectivamente, expor os seus pontos de vista, para que cada vez sejam menores os seus problemas e os de suas famílias.

Estamos convictos de estar a assumir a candidatura a um mandato, que vai exigir muito das capacidades e disponibilidade de todos os membros que incorporam esta Lista Autónoma para o Conselho Nacional, mas asseguramos que desempenharemos a nossa missão, com o respeito, dignidade e clareza a que nos obrigam, e vinculam, os mais de vinte e três anos de vida da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Lista A Uma Associação de todos e para TODOS

COMUNICADO

OS CANDIDATOS das Listas concorrentes às eleições para os Órgãos Sociais das Delegações de Ponta Delgada, Castelo Branco, Coimbra, Famalicão, Faro e Porto, reunidos em Coimbra no dia 25 de Outubro de 1997, reflectiram sobre o Acto Eleitoral do próximo dia 15 de Novembro e decidiram o seguinte:

Manifestar o seu total apoio à recandidatura dos actuais Órgãos Sociais Nacionais, "Lista A", como continuadores do projecto associativo que a ADFA assumiu no anterior Acto Eleitoral, amplamente debatido e aceite a nível Nacional. Apelar a todos os associados que votem no próximo Acto Eleitoral, e que pela forte participação demonstrem a força da ADFA, na exigência da concretização das reivindicações ainda não satisfeitas.

Delegação Açores
José Cabral Viveiros; Moisés Pereira

Delegação de Castelo Branco
José Eduardo Garrido

Delegação de Coimbra
José Girão; Manuel Lucas

Delegação de Famalicão
Augusto Silva; Manuel Ferreira;

Delegação de Faro
José Nicolau Rufino

Delegação do Porto
Abel Fortuna; Augusto Santos; Leonel Pereira; Manuel Ribeiro; Venâncio dos Santos

A REALIDADE AO ALCANCE DAS NOSSAS MÃOS

Nos últimos dois anos, a ADFA viveu um extraordinário período associativo de reflexão e debate que mobilizou o todo Nacional - Núcleos, Delegações e Sede.

O Projecto Associativo apresentado e representado pelos actuais Órgãos Nacionais promoveu a descentralização Associativa e dignificação das Delegações. Significou, em resumo, o fim da ADFA centralista, com uma vida associativa expressa por um pequeno número de associados... sempre os mesmos... e quase sempre só de Lisboa.

- Antes era o tempo dos Órgãos Centrais.
- Agora é o tempo dos Órgãos Nacionais.
- Antes era o tempo em que tudo o que nascia se discutia, fazia e morria em Lisboa.
- Agora é o tempo em que tudo o que nasce se discute, faz e desenvolve com toda a ADFA.
- Antes dizia-se: "A ADFA é Lisboa e o resto é paisagem".
- Agora a ADFA além de Lisboa (com toda a dignidade) é também Nacional.

- Antes era o tempo de tempo perdido em manifestações de exaltação aos Heróis da Guerra.
- Agora é o tempo de nos empenharmos com toda a nossa disponibilidade no reconhecimento da condição de Vítimas da Guerra.
- Antes era o tempo do querer diluir a ADFA no movimento dos ex-combatentes não deficientes.
- Agora é o tempo da ADFA para os deficientes militares e suas famílias e para a conquista e defesa dos seus direitos.

Com o novo projecto Associativo a ADFA está em permanente debate. É constante a comunicação entre a Sede e as Delegações, entre estas e os associados e entre as Delegações através de reuniões Gerais dos executivos. A informação circula em todas as direcções e sentidos.

Não há dirigente de Delegação que não tenha confirmado os benefícios deste grande salto qualitativo na prática da vida associativa.

Foi por isso, com certeza que a Reunião Geral dos Órgãos das Delegações com a actual Direcção Nacional afirmou a necessidade dos Órgãos Sociais Nacionais promoverem uma Lis-



Manuel Lopes Dias

ta A com base na recandidatura da maioria dos seus elementos.

A vontade das Delegações foi determinante no aparecimento da candidatura proposta pelos actuais Órgãos Sociais Nacionais.

Também aqui nesta atitude associativa é manifesta a diferença de postura dos projectos que irão ser presentes aos associados nas próximas eleições:

um é abrangente e a sua legitimidade emerge da vontade dos representantes eleitos em todo o País.

outro, legítimo também, sai da vontade de um grupo de associados, na sua grande maioria, de Lisboa.

Gostaríamos que todo o processo eleitoral decorresse com o máximo de dignidade e que todos os debates se façam em torno dos projectos e das garantias dadas ao seu cumprimento, pelas pessoas que os enfermam.

Repudiamos toda a forma de acusações pessoais.

Do debate de projectos alternativos sairá uma ADFA mais forte;

Das acusações pessoais, insinuações ou insultos sairá uma ADFA mais

pobre e dividida.

A ADFA é para todos os deficientes militares, todos nela cabemos e todos somos necessários para conseguir legislação que abraja:

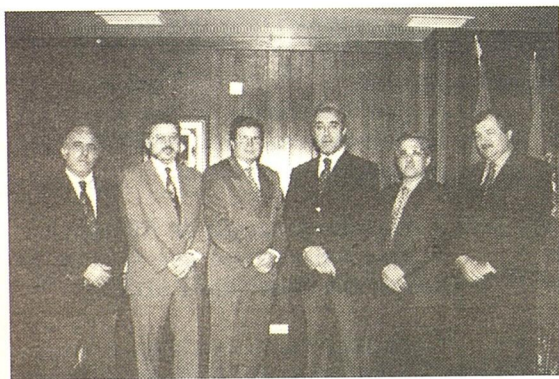
- deficientes sem pensão;
- deficientes em serviço;
- grandes deficientes (abaixamento de 70 para 60% do grau de invalidez)
- pensões de preço de sangue para as viúvas;
- reconhecimento do "stress de guerra", como doença incapacitante provocada pelos conflitos coloniais;
- o restabelecimento da dignidade a que os deficientes oriundos dos PALOP têm direito;
- cálculo das pensões com a inclusão dos escalões;
- assistência médica e protésica condigna e humanizada nos Hospitais militares;
- a renegociação da legislação relativa às graduações e promoções.
- criação de lares que acolham com dignidade os deficientes militares na sua 3ª idade.

COM O TEU VOTO DECIDIRÁS O FUTURO

PELA LISTA AUTONOMA

Manuel Lopes Dias

José Rodrigues de Noronha



Seis dos sete candidatos à Direcção Nacional



Candidatos à Mesa da Assembleia Geral Nacional



Candidatos ao Conselho Fiscal Nacional

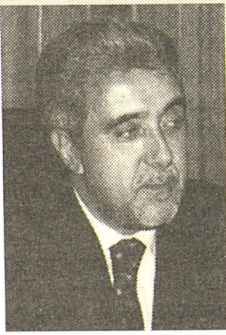
REUNIÃO CONVÍVIO

na Sede Nacional

11 de Novembro às 19h

Vem CONVIVER com a Lista A o tradicional magusto e com ela REVIVER a pureza e espontaneidade das históricas reuniões das terças-feiras, no Palácio da Independência.

Formado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão, Humberto Sertório é um dos sócios fundadores da ADFA outorgante da escritura de constituição da Associação em 13 de Setembro de 1974. Membro dos primeiros Órgãos Sociais Centrais da ADFA, participa activamente no esforço de afirmação da Associação junto da opinião pública portuguesa e dos governos. Retirado da vida associativa por motivos de ordem profissional, Humberto Sertório retoma a participação activa em 1995, integrando os Órgãos Sociais Nacionais. Em Janeiro de 1997 assume a presidência da Direcção Nacional da ADFA.



entrevista ao candidato da LISTA A à presidência da DN

ELO - Quais as razões fundamentais da vossa candidatura?

Humberto Sertório - Talvez pela primeira vez na história da ADFA encontram-se em discussão, duas filosofias de entender a Associação, que irão ser sufragadas em 15 de Novembro. Os candidatos da Lista A, apresentam-se aos sócios, no intuito de dar continuidade a um projecto já submetido a eleições em 1995, projecto esse que visa fundamentalmente e por ordem de prioridades: A publicação de legislação já negociada com o Ministério da Defesa Nacional tendente a dar solução a grande parte das injustiças legislativas para com o grupo de deficientes militares e seus familiares; Dar substância a projectos que visam preparar condições estruturais para apoio à 3ª idade aos nossos associados e familiares; Continuar a optimização dos Serviços a nível da sede e Delegações, no sentido de proporcionar outra qualidade de atendimento aos sócios.

E é pois a necessidade de não se deixar a meio todo o trabalho feito ultimamente, a razão fundamental da candidatura aos órgãos nacionais da Lista A.

ELO - Tendo-se procurado constituir uma lista de consenso, porque razão não se chegou a um entendimento?

H.S. - Para tudo existe um "timing", e acima de tudo deveria ter existido a humildade, a elevação, o diálogo e não o afrontamento individual e colectivo que conduzirão inevitavelmente a não ser possível o entendimento. Não foi possível o "consenso", paciência... Avancemos para o "bom senso". E o bom senso será

cada uma das listas candidatas ter a oportunidade de fazer passar o melhor possível, de forma transparente e objectiva, o que pensa para o futuro da Associação, dando aos sócios a possibilidade de decidirem o que acharem melhor.

Estamos convencidos que o consenso aparecerá no dia 16 de Novembro, pois a ADFA não se pode dar ao luxo de se dividir, e pôr de parte quem quer que seja ou qualquer que seja a percentagem de sócios que pensem de maneira diversa. Se o nosso projecto merecer a confiança dos sócios, todos serão convidados a contribuir com a sua quota parte de trabalho na tarefa global.

ELO - Quais as três prioridades principais da vossa candidatura?

H.S. - Alguma coisa iria mal, se a Lista A, continuadora do projecto começado em 1995 tivesse, nesta altura, prioridades dentro das prioridades. Os grandes projectos e as grandes linhas de actuação estão lançados. Talvez seja mais correcto, falar-se em velocidade do que em prioridade, o que se pretende é que este mandato seja o mandato das concretizações. Indicamos contudo a prioridade das prioridades, que é a publicação do pacote legislativo já negociado, nomeadamente a resolução dos problemas dos deficientes das forças armadas oriundos dos PALOP nacionalidade, indemnização, assistência médica e protésica; graduações/promoções; melhoria das condições dos deficientes em serviço; melhoria das condições dos deficientes sem pensão; acumulação de pensões e pensões das viúvas;

Daremos ao Governo o prazo até ao final do ano corrente, findo o qual marcaremos uma Assembleia Geral Extraordinária, para que em conjunto todos os associados possam fazer uma análise do ponto da situação e deliberar sobre as acções reivindicativas que a ADFA deve tomar.

ELO - O que diferencia a vossa candidatura da outra?

H.S. - As diferenças entre as duas listas concorrentes ao próximo acto eleitoral estão bem patentes numa leitura que se faça aos dois programas de acção. A Lista A envidará todos os esforços para que no próximo futuro não haja nenhum sócio da ADFA a estender a mão à caridade mas sim que a Associação possa ter estruturas e poder que lhe dêem a possibilidade de passar os últimos anos da sua vida com a maior dignidade e bem estar possível.

Nós apresentamos um programa realista com soluções executáveis, que nos permitirão construir as bases (no futuro próximo, se não no presente) para uma terceira idade digna e com qualidade. Não somos vendedores de facilidades ou de ilusões que apenas satisfazem interesses momentâneos de alguns (grupos). As nossas promessas nunca serão consequência de expectativas de ocasião, mas sim a antecipação de soluções realistas. Se o comportamento de todos nós perante a ADFA durante a sua existência tivesse sido empenhado e pragmático e se não nos tivéssemos deixado embalar por vãs promessas e facilidades, já hoje teríamos uma máquina associativa para nos servir, que nos permitisse olhar o futuro com segurança, em vez de continuar-mos angustiados em relação às expectativas que todos criamos em relação à ADFA.


ELO - Se forem eleitos, qual a primeira medida importante que adoptarão?

H.S. - Convidar, entre outros, elementos da Lista B para fazerem parte de estruturas associativas fundamentais tais como Conselho de Reabilitação, o Conselho Económico, o Conselho Jurisdicional ou Estrutura Organizativa do Congresso, etc.

Lista B

Em Associação de ALMA e CORAÇÃO

VOTAR É UM DEVER DE TODOS OS SÓCIOS



VOTAR BEM É participar de Alma e Coração no cumprimento d'um sonho chamado "ADFA" que começou no palácio da nossa independência, que se pretende livre e isento para que se não transforme em pesadelo e, com os pés bem assentes no presente, construir para todos os deficientes das Forças Armadas um futuro feito de dignidade, transparência e solidariedade.

Votar Bem é acreditar nas raízes de uma árvore gigante a ADFA à qual pertences na certeza de que os seus frutos terão a força dos teus direitos, o paladar da tua vontade e o tamanho do teu querer.



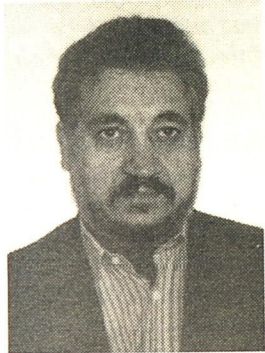
Cabeças de listas aos Órgãos e Conselho Nacional



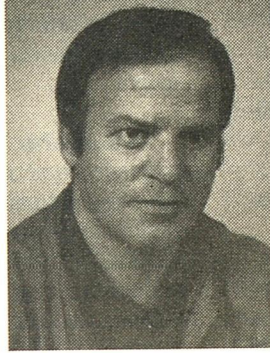
Elementos da Lista B candidata às eleições

TU És A ADFA VOTA BEM! VOTA B

Lista B ao Conselho Nacional



José Martins Maia



Bernardino Azevedo

JANTAR CONVÍVIO DA LISTA B

Convidam-se todos os sócios da ADFA para um jantar convívio da Lista B, na Sede Nacional, dia 13 de Novembro

MANIFESTO DE APOIO À LISTA B

PORQUE APOIAMOS A LISTA B

PORQUE A Lista B nasceu na sequência de espontâneo movimento associativo, no qual participou um grande número de sócios.

Porque a Lista B agrega um conjunto muito alargado de sensibilidades associativas e é composta por sócios que são uma referência na ADFA.

Porque a LISTA B retoma e compromete-se a desenvolver o projecto associativo iniciado em 1995 com a revisão estatutária, o qual, como todos estamos recordados, se caracteriza por ser:

Um movimento genuinamente associativo, promovido e liderado pelos próprios sócios;

Um movimento aglutinador do pensamento colectivo dos sócios;

Um movimento assente na defesa dos princípios que são a razão de ser da ADFA;

Um movimento que gerou a maior participação associativa dos últimos anos;

Um movimento com importante impacto na vida associativa e na condução dos destinos da ADFA.

Porque o Programa eleitoral da Lista B assenta fundamentalmente:

No primado dos sócios;

Na devolução aos sócios do direito e do dever de decidirem sobre os destinos da ADFA;

No respeito e incremento da participação de todos os sócios.

Porque a Lista B assume o firme propósito de lutar pela solução dos problemas dos sócios, designadamente daqueles que ainda são vítimas de graves injustiças. Estas são algumas das razões porque apoiamos a Lista B, nos colocamos ao dispor para colaborar nos projectos que constam do seu programa eleitoral e apelamos aos sócios para que votem Lista B.

Em representação dos sócios apoiantes da Lista B:

José Monteiro (sócio n.º 1948)

Joaquim Couceiro Ferreira (sócio n.º 1)

Presidente da Direcção Nacional da ADFA, entre 1987 e 1995, José Arruda fez também parte dos Órgãos Sociais Nacionais de 1981 a 1986. Fora da Associação, foi presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, em 1992 e 1997. Presidente da Comissão Preparatória dos Trabalhos da VI Conferência Mundial sobre Legislação, em 1996, e presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, entre 1991 e 1996, José Arruda é actualmente membro do Secretariado da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus.



que, em virtude da crise de há cerca de um ano, que levou a eleições intercalares foi interrompido e não mereceu o empenho dos actuais órgãos que constituem a lista A.

Torna-se imperioso fazer face aos seguintes problemas, de forma a atenuar até onde nos for possível as diferenças de estatutos existentes entre as várias qualificações de sócios: Deficientes sem pensão; Deficientes em serviço; Grandes deficientes; Pensões de preço de sangue/viúvas; Reconhecimento do "stress de guerra" como causa de qualificação de deficiente militar; Deficientes de origem africana; Escalões; Definição do estatuto global do deficiente militar; Alteração do decreto-lei 134/97 (promoções); Melhorar ou, no mínimo, manter os benefícios fiscais existentes face a eventuais reformas legislativas.

Move-nos ainda, o desígnio colectivo de ver a ADFA transformada numa comunidade onde todos se sintam com direitos e responsabilidades iguais. Numa palavra, devolver a ADFA aos sócios.

Aproxima-se a mudança do milénio e a lista B tem a consciência de que são grandes os desafios que se colocam à afirmação da ADFA no futuro. Sabemos que a resposta tem de resultar dum movimento colectivo, que congregue as energias de todos os sócios sem excepção e nunca, apenas, das iniciativas dos Órgãos Sociais. A lista B lutará pela criação de melhores condições, que permitam a reintegração plena dos deficientes na sociedade civil, como forma de garantir uma vivência digna e equilibrada.

ELO - Tendo-se procurado constituir uma lista de consenso, porque razão não se chegou a um entendimento?

entrevista ao candidato da LISTA B à presidência da DN

ELO - Quais as razões fundamentais da vossa candidatura?

José Arruda - A candidatura da Lista B resultou de um amplo movimento de associados que reflectiram sobre a ADFA e verificaram da necessidade de retomar o projecto reivindicativo de 1995, que mereceu a adesão da generalidade dos sócios e

J.A. - Efectivamente, foi procurado o consenso. O amplo movimento de reflexão associativa, aberto a todos os sócios, teve como objectivo fundamental salvaguardar a unidade da ADFA, gravemente ameaçada por actuações recentes dos elementos dos Órgãos Sociais cessantes. Nesse sentido, foi feito o convite a todos os sócios para os jantares e encontros realizados, foi mantido um diálogo permanente e aberto ao longo de todo este processo. Os membros dos Órgãos cessantes estiveram presentes em alguns desses jantares e encontros, onde foi profundamente discutida a possibilidade de se constituir uma lista única. Todos os esforços se revelaram infrutíferos. Fomos obrigados a desistir da procura do consenso quando o presidente da actual direcção e candidato ao mesmo cargo pela Lista A declarou, em pleno encontro associativo, do dia 19 de Setembro, que as pessoas a integrar a sua lista seriam por ele escolhidas. Isto não é o nosso conceito de consenso nem a metodologia de trabalho que defendemos.

ELO - Quais as três prioridades principais da vossa candidatura?

J.A. - Face ao marasmo e vazio associativos que caracterizam a actuação dos Órgãos cessantes, torna-se imperioso actuar nas diversas frentes, desencadeando imediatamente acções concretas que mobilizem novamente a massa associativa para cumprir os objectivos da ADFA. O programa da lista B expressa de forma clara e sucinta as necessárias medidas a adoptar neste âmbito, das quais se destacam as seguintes:

Criar a Provedoria do Associado; Promover a organização e realização do IV Congresso da ADFA, em 1999; Elaborar e realizar um programa das comemorações do 25º aniversário da ADFA e do 25 de Abril; Aprofundar a relação humana entre os Órgãos Sociais e os trabalhadores da ADFA; Desenvolver o apoio às delegações e núcleos existentes, ou a criar, e às organizações de deficientes dos PALOP; Melhorar as condições do espaço associativo; Pugnar para que sejam criados programas de "apoio domiciliário" aos grandes deficientes, de acordo com as suas necessidades; Valorizar a experiência do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia ao serviço da ADFA, bem como estendê-lo a outras organizações de deficientes incluindo as dos PALOP; Continuar o apoio e o desenvolvimento dos Serviços Clínicos da

ADFA-Sede e alargá-los às Delegações sem que isso de alguma forma possa diminuir as responsabilidades do estado nesta área; Protagonizar a ADFA nos órgãos estatais de reabilitação, defendendo os interesses dos deficientes com a força da nossa experiência; Potencializar o intercâmbio na área da reabilitação dos deficientes em cooperação com as associações dos PALOP.

Estas medidas fazem parte dos nossos planos de acção em conjunto com as iniciativas de reivindicação legislativa já referidas na primeira pergunta mas, para respondermos mais concretamente à vossa pergunta, podemos referir as seguintes prioridades:

Primeiro, reivindicar junto do Governo a aprovação do projecto legislativo preparado pelo "Movimento Associativo/95" e ratificado em Assembleia Geral de 13 de Abril de 1996, devidamente actualizado. Segundo, obter garantias imediatas do Governo para que a assistência médica, medicamentosa e protésica, que se degradou recentemente e por isso mesmo constitui grande preocupação dos sócios, seja plenamente assegurada. Por último, desencadear de imediato o processo que conduza ao reconhecimento da nacionalidade portuguesa a todos sócios africanos bem como a atribuição da qualidade de DFA's.

ELO - O que diferencia a vossa candidatura da outra?

J.A. - A Lista B resulta de um movimento associativo aberto e congregador de todos os sócios garante da reconstrução da unidade associativa. Diferencia-se claramente da outra lista que é filha de um golpe associativo ocorrido há cerca de um ano que levou à divisão dos sócios e ameaçou fragmentar a Associação.

A Lista B propõe-se realizar os ideais associativos com todos os sócios, sem excepção, o que é a melhor garantia da salvaguarda e realização dos direitos dos DFA's. Diferencia-se da Lista A que tem a lógica do grupo fechado e divorciado dos associados.

ELO - Se forem eleitos, qual a primeira medida importante que adoptarão?

J.A. - Dado o impasse a que os Órgãos cessantes deixaram chegar o processo de reivindicação legislativa será o mesmo retomado com toda a determinação, procurando obter do primeiro-ministro uma posição inequívoca que o viabilize.

Programa da lista B

Lista B

Candidata aos Órgãos Sociais Nacionais (MAGN, DN e CFN) para o triénio 1997-2000

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

| | | |
|----------------------|--------------------------------------|-----------|
| Presidente | António Joaquim Lavouras Lopes | n.º 2 |
| 1.º Secretário | Manuel Adérito P. Necho Pinto | n.º 122 |
| 2.º Secretário | José Alberto Bento Raimundo | n.º 11521 |

DIRECÇÃO NACIONAL

| | | |
|---------------------------|---|-----------|
| Presidente | José Eduardo Gaspar Arruda | n.º 593 |
| 1.º Vice-Presidente | José Elias Gabirro Fernandes | n.º 4758 |
| 2.º Vice-Presidente | Mário Soares Dias | n.º 716 |
| 1.º Secretário | Armando Manuel O. Guedes da Fonte | n.º 2943 |
| 2.º Secretário | António Capela Ferreira Gordo | n.º 13581 |
| 3.º Secretário | Mário Ricardo Maciel Barbosa | n.º 871 |
| Tesoureiro | Armando Vieira Jorge | n.º 1796 |

CONSELHO FISCAL NACIONAL

| | | |
|------------------|-------------------------------------|-----------|
| Presidente | LiaKali Fakir | n.º 9425 |
| Secretário | Alberto de Jesus Timóteo | n.º 12101 |
| Relator | António do Carmo Vicente | n.º 9359 |
| 1.º Vogal | Orlando Hélder Serra P. Silva | n.º 11023 |
| 2.º Vogal | Fernando Jesus de Sousa | n.º 210 |

Lista Autónoma ao Conselho Nacional da ADFA/lista B

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| António Guerreiro Calvino | n.º 5 |
| José Martins Maia | n.º 244 |
| Joaquim Mano Póvoas | n.º 252 |
| Bernardino António Azevedo | n.º 3 |
| Amadeu Artur Felgueiras | n.º 1080 |
| Artur José Caldeira Vilares | n.º 8626 |
| João Manuel Lomelino Vitor | n.º 3973 |
| Eduardo Ribeiro Alves | n.º 2584 |
| Carlos Manuel Pereira | n.º 585 |
| Saliu Sané | n.º 11760 |
| Armando Jesus Santos | n.º 3973 |
| Titos David Cuna | n.º 13653 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|---------------------------------------|----------|
| Adelino Silva Vale | n.º 712 |
| Albino Santos Sousa | n.º 6073 |
| João Fernando Teixeira Carvalho | n.º 100 |
| Johannes Alberto Parker | n.º 5043 |

Programa de Acção

IDEÁRIO E ESTRATÉGIA

“Em Associação de ALMA e CORAÇÃO”

I

1 — Os estatutos da ADFA estabelecem formalmente os seguintes objectivos (o destaque a negrito é nosso):

1 — A ADFA tem por objectivo a **defesa e a promoção dos interesses** sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus associados.

2 — Para a realização dos seus objectivos, compete nomeadamente à ADFA:

- desenvolver e congregar esforços no sentido de **reabilitar e reintegrar** na sociedade todos os associados que sejam deficientes;
- prestar-lhes apoio em defesa dos seus **interesses e direitos**;
- fomentar a criação de condições tendentes à preservação da **qualidade de vida dos associados**, em adequação a todas as fases etárias;
- promover, fomentar e apoiar actividades de ordem educacional, cultural, profissional e desportiva;
- fomentar e desenvolver, nos meios de comunicação social, a **sensibilização da sociedade** em geral para a realidade das pessoas com deficiência, no quadro do exercício à plena cidadania;
- criar e desenvolver as estruturas necessárias para a efectivação de cursos práticos que permitam o melhor **aproveitamento profissional** e vocacional dos seus associados.

3 — A ADFA, no respeito pelo primado da dignidade humana é **solidária com toda a pessoa deficiente.**”

2 — É entendimento e convicção dos sócios que integram e apoiam a LISTA B que:

a) a actividade associativa a desenvolver com vista à prossecução daqueles objectivos gerais deve resultar da definição de estratégias e de programas que estejam em harmonia com os interesses e objectivos da ADFA, participando e intervindo nas estruturas sociais, culturais e económicas;

b) o enquadramento e solução dos problemas relativos aos deficientes militares são da responsabilidade do Estado.

3 — Jornal ELO:

O “ELO” será, com a Lista B, um Órgão de informação e debate aberto a todos os deficientes na defesa intransigente dos seus direitos.

II

A NOSSA ACTIVIDADE SERÁ ORIENTADA NO SENTIDO DA PROSSECUÇÃO DOS SEGUINTE OBJECTIVOS DE CARACTER GERAL E PERMANENTE:

Estimular o exercício e o desenvolvimento de uma prática associativa fraterna e solidária criando condições ao regular exercício dos direitos e deveres de intervenção, participação, informação, que assistem a todos os associados na construção diária da vida associativa.

Trabalhar no sentido do desenvolvimento do quadro legal dos direitos e deveres dos deficientes militares pelo reforço reanimador da qualidade da nossa participação no diálogo MDN-ADFA e pelo enriquecimento de uma postura firme na reivindicação do que é justo e devido aos deficientes militares, com destaque para os que menos ou nenhuns direitos legais têm.

A Direcção Nacional usará de toda a firmeza na negociação dos assuntos de carácter reivindicativo com o governo.

Intervir activamente nas questões directas ou indirectamente ligadas à problemática da reabilitação das pessoas deficientes, em Portugal, Europa e PALOP, desenvolvendo participação activa no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas deficientes e da sua reintegração social.

Participar na FMAC e contribuir para a prossecução dos seus objectivos, acentuando a vertente da reabilitação, garantindo a solidariedade entre os deficientes militares de todo o mundo.

Desenvolver a economia associativa numa perspectiva instrumental e de subordinação aos princípios da ADFA, com vista ao financiamento estável e eficaz, do todo ou de parte dos projectos associativos aprovados, a implementar ou já em curso, nomeadamente a Tiografia-Escola;

todos os projectos e iniciativas nesta área deverão ser absolutamente transparentes e do inteiro conhecimento dos sócios;

os elementos dos Órgãos Sociais não poderão ter qualquer ligação pessoal e directa aos projectos económico-sociais nem obter qualquer benefício material.

Promover a discussão generalizada das grandes questões associativas, no respeito pelo direito de todos os sócios participarem na fixação de estratégias, nas tomadas de decisão e na elaboração de projectos, a qualquer momento.

ACÇÃO

EM ASSOCIAÇÃO DE ALMA E CORAÇÃO

OS SÓCIOS SÃO A RAZÃO E A FORÇA DA ADFA;

A DEFICIÊNCIA É O MOTIVO DA SUA LUTA

1 — Utilizar toda a força e poder associativos junto do Poder e Opinião Pública para defender o quadro legal dos direitos justos dos militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas, por forma a suprir as desigualdades e injustiças criadas, retomando o projecto reivindicativo de 1995 que mereceu a adesão da generalidade dos sócios, concretamente:

- Deficientes sem pensão.
- Deficientes em serviço.
- Grandes deficientes.
- Pensões de preço de sangue / viúvas.
- Reconhecimento do "stress de guerra" como causa de qualificação de deficiente militar.
- Deficientes de origem africana.
- Escalões.
- Definição do estatuto global do deficiente militar.
- Alteração do Dec. Lei 134/97 (promoções).
- Melhorar ou, no mínimo, manter os benefícios fiscais existentes face a eventuais alterações legislativas.

2 — Criar a Provedoria do Associado.

3 — Privilegiando, muito embora, o relacionamento directo com os sócios, na impossibilidade de estes se deslocarem à Sede ou às Delegações, será instalada uma linha directa ADFA, com número Verde ou Azul, para prestar e receber informação personalizada dos sócios e familiares.

4 — Implementar um Observatório para fazer o diagnóstico da situação dos deficientes militares em todas as suas vertentes.

5 — Promover a organização e realização do IV Congresso da ADFA, em 1999.

6 — Elaborar um Programa das comemorações do 25º aniversário da ADFA e do 25 de Abril, fazendo uma publicação sobre a História destes 25 anos da ADFA e o lançamento de símbolos alusivos à comemoração deste evento.

7 — Promover a participação activa na vida da ADFA de todos os deficientes militares e suas famílias, bem como os familiares dos deficientes já falecidos.

8 — Estimular o trabalhador da ADFA a apoiar o associado que se dirija às nossas instalações (Sede, Delegações e Núcleos), ajudando-o na resolução dos seus problemas.

9 — Aprofundar a relação humana en-

tre Órgãos Sociais e trabalhadores da ADFA.

10 — Aprofundar as relações de amizade e camaradagem entre todos os sócios, baseado no respeito pela pessoa humana.

11 — Facultar aos sócios toda a informação relativa às grandes questões associativas e aproveitar todas as propostas ou sugestões dos associados.

12 — Promover a dinamização do movimento associativo das pessoas com deficiência.

13 — Desenvolver o apoio às Delegações e Núcleos existentes, ou a criar, no País e nos PALOP.

14 — Criar um programa de sugestões dadas pelos sócios, de modo a incentivar a sua participação activa.

15 — Incentivar as Delegações ou Núcleos a apresentar projectos inovadores que melhor caracterizem a intervenção dos sócios na vida associativa.

16 — Pugnar para que sejam criados programas de "apoio domiciliário" (definitivo ou temporário) aos grandes deficientes de acordo com as suas necessidades.

17 — Criar uma página da ADFA na Internet, fomentar e potenciar a utilização dos recursos informativos e formativos, adoptando novas tecnologias de Informação.

18 — Aproveitar as potencialidades do recém-criado Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas no Ministério da Defesa, como instrumento de definição, planeamento e acompanhamento das políticas de apoio aos deficientes das Forças Armadas.

19 — Exigir do Governo e Forças Armadas que todas as formas de apoio aos deficientes militares, nomeadamente no domínio da saúde, sejam eficientes e céleres, através de:

a) Aplicação rigorosa da legislação e normas existentes.

b) Acompanhamento do processo de reestruturação dos Serviços de Saúde Militares, de forma a salvaguardar os interesses dos deficientes militares.

20 — Promover a definição e implementação de uma política oficial de habitação protegida e apoio domiciliário aos deficientes das Forças Armadas, exigindo-se para o efeito a reestruturação do Lar Militar e a criação de outras estruturas adequadas.

21 — Promover contactos com instituições civis com o objectivo de criar protocolos de colaboração conjunta em actividades socialmente válidas.

22 — Continuar a potenciar o trabalho desenvolvido no âmbito da reabilitação dos deficientes e incentivar novas acções de cooperação com os PALOP.

23 — Educação para a PAZ - Projecto educativo a ser inserido no Programa Escolar "Área Escola".

24 — Dar seguimento ao estudo realizado sobre o tema "Barreiras Culturais na Integração das Pessoas Deficientes".

25 — Promover, desenvolver e diversificar actividades de carácter cultural, desportivo e recreativo que se entendam de interesse para os associados, familiares e amigos, militares e civis.

26 — Participar activamente, com toda a experiência acumulada, nas estruturas nacionais da reabilitação, para combater a exclusão social dos deficientes.

27 — Promover a realização de forums sobre a reabilitação e integração social dos deficientes, com a participação destes, técnicos, entidades oficiais, comunicação social e especialistas de várias áreas de saber, ligados à questão da deficiência.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Para além dos objectivos gerais da lista, a Mesa da Assembleia Geral Nacional (MAGN) propõe-se, especificamente:

A MAGN, no âmbito das suas competências, criará as condições necessárias para que a Associação seja um espaço humanizado, onde impere o espírito de amizade, camaradagem e solidariedade, um lugar onde cada associado se sinta na própria casa.

O primado do sócio, como princípio fundamental de uma Associação humanista, enformará a acção da MAGN no exercício das suas competências, garantindo que a livre expressão de cada um não encontre entraves e a participação de todos receba incentivos.

A Assembleia Geral Nacional, o primeiro órgão da Associação, onde todos os sócios têm voz e poder de decisão, será dignificada e engrandecido, através da plena assunção das suas competências e da criação de condições para que seja amplamente participada.

Serão criadas todas as condições para que o Conselho Nacional, segundo órgão da Associação, cumpra plenamente os seus objectivos estatutários e, através de uma discussão franca e aberta, aprofunde grandes temas associativos.

A MAGN empenhar-se-á muito particularmente na criação de condições para que o Conselho Nacional promova, durante este mandato, um Congresso, onde as grandes linhas de orientação associativa serão definidas e onde será dado público conhecimento da realidade dos deficientes das Forças Armadas, bem como das suas aspirações.

A MAGN, para imprimir um cariz genuinamente associativo ao exercício das suas competências, nomeadamente a orientação da Assembleia Geral Nacional e do Conselho Nacional, privilegiará as relações associativas do dia-a-dia, fomentando e promovendo o contacto directo com os sócios.

Para além do plano institucional, como pessoas e como sócios, os membros da MAGN saberão, na sua postura associativa, observar e cultivar os valores do respeito pela pessoa humana, da

solidariedade e da amizade, necessários para que a ADFA possa, numa vivência interna agradável, promover com confiança os inadiáveis combates pela realização dos seus objectivos.

Programa eleitoral da Lista Autónoma lista B

Sendo o Conselho Nacional da ADFA o órgão vocacionado para o grande debate de ideias com vista a determinar a postura da ADFA face às questões de fundo nos planos social, económico, e reivindicativo, deverá o mesmo ser constituído por sócios que se identifiquem em absoluto com o espírito associativo que caracterizou a fundação da ADFA, de forma a garantir que esse espírito jamais seja desvirtuado.

Os candidatos da Lista Autónoma do Conselho Nacional participaram activamente nos debates que conduziram à constituição da Lista B, identificam-se com o seu programa e todos os eleitos serão sentinelas permanentes para que o mesmo seja cumprido na íntegra.

No final do século, quando todos temos já meio século de vida, é imperioso e urgente unir esforços para que a nossa ADFA não caia no marasmo administrativo:

Por isso nos empenhamos em cumprir e fazer cumprir o ideal da ADFA.

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

*Hà mais de 20 anos,
a qualidade
e a melhor impressão*

TODO O TIPO
DE ARTES GRAFICAS

- fotocomposição
- offset
- montagem
- tipografia

Rua da Artilharia um
(anexo do Hospital
Militar Principal)
1100 Lisboa
Telefone 385 35 93

Listas candidatas aos Órgãos Sociais de Delegação para o triénio 1997-2000

AÇORES - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------|-----------|
| Presidente | José Cabral Viveiros | n.º 5987 |
| 1.º Secretário | Pedro Ázaro Correia Fragoso | n.º 11517 |
| 2.º Secretário | Manuel Francisco Soares Alegre | n.º 4516 |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|--------------------------------|-----------|
| Presidente | Jaime Fernando Leite Domingues | n.º 5919 |
| Secretário | Humberto Dinis Viveiros | n.º 13112 |
| Tesoureiro | Moisés Pereira da Luz | n.º 5520 |
| 1.º Vogal | Carlos José Furtado | n.º 10070 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|------------------------------|----------|
| Presidente | Eduardo Jorge Vicente Cabral | n.º 3735 |
| Relator | Tobias de Melo Medeiros | n.º 5520 |
| Vogal | Hermano Aguiar Teves | n.º 6657 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|----------------------------------|-----------|
| Carlos Alberto Tavares Sebastião | n.º 11518 |
| Manuel Pereira de Medeiros | n.º 8038 |
| António Branco Lopes Gonçalves | n.º 2634 |
| Adão Manuel Leonardo | n.º 4634 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| António Manuel Gaspar de Carvalho | n.º 436 |
| José Pauline | n.º 5025 |
| Fernando Maciel da Rosa | n.º 13239 |

Programa de Acção/Açores

- 1 — Montagem de um Centro de Reabilitação para Deficientes Motores na Região.
- 2 — Unidade de todos os sócios em todas as Ilhas.
- 3 — Alcançar mais algumas regalias para os sócios e seus familiares.
- 4 — Formar micro-empresas, a fim de criar postos de trabalho para os jovens nossos filhos.

BRAGANÇA - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|----------------|----------------------------|----------|
| Presidente | António Eugénio Fernandes | n.º 8297 |
| 1.º Secretário | Luís Manuel Mendes | n.º 2780 |
| 2.º Secretário | José Augusto Pereira Gomes | n.º 2779 |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|---------------------------------|----------|
| Presidente | Domingos António Seca | n.º 2778 |
| Secretário | José Manuel Rodrigues Cristovão | n.º 2789 |
| Tesoureiro | Francisco António Fernandes | n.º 5455 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|-------------------------------|-----------|
| Presidente | Jorge Augusto Alves Rodrigues | n.º 6467 |
| Relator | José Clemente Reis | n.º 2774 |
| Vogal | Gil do Espírito Santo Martins | n.º 10293 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|-----------------------------|----------|
| Olimpio Sebastião Ferreira | n.º 2783 |
| Manuel Joaquim Morais | n.º 1870 |
| José Clemente Reis | n.º 2774 |
| Mário dos Santos Geraldês | n.º 7408 |
| Vitorino Jesus Veríssimo | n.º 5445 |
| Aníbal dos Santos Fernandes | n.º 2769 |
| José Augusto C. Martins | n.º 8681 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|---------------------------|-----------|
| David António Mesquita | n.º 2773 |
| Augusto António Fernandes | n.º 2794 |
| José Pauline | n.º 5025 |
| Fernando Maciel da Rosa | n.º 13239 |

Programa de Acção/Bragança

Os Órgãos Sociais da Delegação de Bragança, que exerceram o mandato anterior, assumiram nova candidatura. Fizeram-no em 1.º lugar, porque não apareceu outra alternativa e 2.º lugar porque não querem deixar de continuar a obra que iniciaram no último mandato.

Não vamos prometer milagres, mas sim prometer dar continuidade às acções que temos vindo a desenvolver no interesse da ADFA. Vamos continuar a lutar pelos direitos dos associados que ainda não tem os seus problemas resolvidos, principalmente das viúvas, dos sócios em serviço e daqueles que nem estão considerados em serviço. Prestar atendimento aos associados, o mais personalizado possível, porque actualmente a Delegação começa a ter meios que nos permitem outra capacidade de resposta.

Desenvolver acções de informação e outras aos deficientes do foro psiquiátrico.

Ir ao encontro dos associados que apresentem carências assentadas.

Apoiar e colaborar com os Órgãos Sociais Nacionais e demais Delegações, nos projectos que considerarmos viáveis, para o progresso e desenvolvimento da ADFA.

Vamos continuar com acções que proporcionem uma maior autonomia financeira da Delegação.

CASTELO BRANCO - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|----------------|------------------------------|----------|
| Presidente | Joaquim Louro Batista | n.º 1230 |
| 1.º Secretário | José dos Santos Correia Vila | n.º 1832 |
| 2.º Secretário | Manuel Pereira Amaro | n.º 1225 |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|-----------------------------|-----------|
| Presidente | José Eduardo Garrido Nunes | n.º 1806 |
| Secretário | Domingos Fernandes Trindade | n.º 7424 |
| Tesoureiro | António Roque | n.º 11350 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|------------------------------|----------|
| Presidente | João Reis Gil | n.º 8121 |
| Relator | João José Mangana dos Santos | n.º 2019 |
| Vogal | VICENTE Campos Gameiro | n.º 1972 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|---------------------------------|-----------|
| José Manuel Martins Ribeiro | n.º 1260 |
| Francisco José Sousa A. Carrega | n.º 1844 |
| Abel Barata Fernandes Santos | n.º 11542 |
| João Peixoto Coelho | n.º 12123 |
| António Goulão Amoroso | n.º 3285 |
| António Martins Quintela | n.º 10966 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|---------------------------|----------|
| José F. Delgado Gonçalves | n.º 3872 |
| Joaquim de Jesus Duarte | n.º 4748 |
| Joaquim Mendes Almeida | n.º 5231 |

Programa de Acção/Castelo Branco

Os Órgãos Sociais concorrentes às Eleições locais de 15/11/97, apostam sobretudo na continuidade de ideias e trabalho nos quase 23 anos de vida desta Delegação, assumindo a responsabilidade da sua progressão no triénio 1997-2000.

1 — Manter e fomentar as melhores relações com todos os Órgãos Nacionais, locais e das restantes Delegações.

2 — Dinamizar a vida associativa, procurar o sócio que se encontra afastado, trazendo-o de novo de volta e conseguir assim uma actualização de Quotas em atraso na Ordem de 70% a 90%.

3 - Conviver o máximo com o sócio realizando festas desportivas, religiosas e culturais, unindo assim o sócio, uma vez que o mesmo cada vez se encontra mais disperso e afastado daquela grande força gerada pela união, observada principalmente na primeira década de vida da ADFA.

4 — Continuar com o trabalho da Direcção anterior, mas agora de um modo reforçado e modernizado, uma vez que a partir de meados de Setembro/97, adquirimos uma nova trabalhadora, para ajudar aquele que sozinho e ao longo de 23 anos passou 15 destes sem sequer um dia de férias gozer (12 seguidos e mais 3 dispersos), e nos outros oito (08), ainda só um deles gozou um mês inteiro, e nos restantes sete (07), somente 15 dias, em cada um deles.

5 — Fazer compreender aos Órgãos Sociais Centrais e Nacionais o valor da actividade do trabalhador desta Delegação, o qual apresenta um currículo do qual nenhum funcionário da ADFA, se aproxima (19 meses sem ganhar tostão, e até 1980 nem sequer o ordenado mínimo nacional ganhava) os quais valendo-se sempre da sua força de vontade de trabalhar em benefício da ADFA e do sócio, nunca até há presente data foi devidamente apreciado, procurando-se assim que se faça justiça às suas qualidades, em comparação com outros trabalhadores da ADFA.

6 — Realizar a festa de Natal como meio de convívio entre os sócios e seus familiares, reforçando assim a vida associativa.

7 — Continuar a manter contactos sempre que possível com as autarquias da área abrangida por esta Delegação, assim como com as Entidades Oficiais e Privadas dando-lhe a conhecer os objectivos da ADFA, procurando o seu apoio para as nossas iniciativas dignificando e elevando o sonante nome da ADFA no exterior.

8 — Criar protocolos de trabalho e serviços com Organizações, Instituições e Firmas no sentido de conseguir apoios, benefícios e regalias para os nossos associados.

9 — Esta lista projecta continuar com as linhas Mestras de actuação que têm ao longo de 23 anos de trabalho; - Servir e procurar o máximo de benefício para o sócio, e sempre com aquela mesma boa força de vontade e a transparência utilizadas em todos estes anos.

CONSELHO DE DELEGAÇÃO

1 — Este órgão irá contribuir com uma maior intervenção na vida associativa, originando a aproximação dos Órgãos Sociais locais, conforme os Estatutos determinam, reunindo extraordinariamente sempre que haja motivo justificativo, contribuir pela concretização dos Objectivos da ADFA, em especial os desta Delegação, exigindo uma gestão da ADFA com uma maior percentagem para as Delegações.

COIMBRA - Lista B

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|----------------|--------------------------------|----------|
| Presidente | Manuel Fernando Q. S. Lucas | n.º 6269 |
| 1.º Secretário | Carlos Alberto de Deus Almeida | n.º 6214 |
| 2.º Secretário | António José Pinto de Carvalho | n.º 6386 |

Fernando Rebelo Gonçalves.....n.º 1308
 Joaquim Fernandes.....n.º 6151
 António Silva Marques.....n.º 170

CONSELHEIROS SUPLENTES

Domingos de Freitas Ribeiro.....n.º 1810
 Fernando Ferreira.....n.º 4028

Programa de Acção/Famalicão

I A RAZÃO DA NOSSA CANDIDATURA:

- 1 — Continuação do programa e do projecto dos Órgãos Sociais anteriores, com introdução de novas ideias e desenvolvimentos uma vez que os mesmos ainda não se esgotaram;
- 2 — O respeito e a dedicação que nos merecem os associados para que o projecto da nova sede da Delegação seja concluído tornando-se o espelho da vitalidade da acção associativa na área da Delegação;
- 3 — A perspectiva da continuação da colaboração institucional a nível nacional entre órgãos locais e nacionais para concretização dos objectivos prosseguidos pela ADFA.
 Assim nos apresentamos ao sufrágio eleitoral desta Delegação da ADFA.

II PROGRAMA A DESENVOLVER NO TRIÉNIO DE 1997-2000

1 — INSTALAÇÕES:

Adaptar a Delegação com instalações condignas para a prossecução dos objectivos da Delegação e ADFA, ou seja, conclusão, inauguração e colocação das mesmas ao serviço dos associados de modo que sintam orgulho na sua Delegação e a ela se dediquem.

2 — DINAMIZAÇÃO:

A) Internamente:

- Propomo-nos, com a colaboração e dedicação dos associados da Delegação:
- a) Fortalecer a dinamização do Núcleo de Guimarães;
- b) Dar eficácia ao Núcleo de Braga, para que possa dar resposta aos anseios dos seus associados;
- c) Promover a criação de Núcleos nos restantes concelhos da área de intervenção da Delegação.

B) Externamente:

Pugnar pelo entendimento e diálogo com todos os Órgãos Autárquicos das Câmaras da área da Delegação de modo a fazer passar a mensagem da razão da existência da Delegação, seus fins e objectivos, bem como da ADFA em si.

3 — ASSOCIAÇÕES CONGÉNERES:

Realização de contactos com associações congéneres existentes quer no concelho da sede da Delegação, quer com as dos concelhos de implantação da Delegação.

4 — CRIAÇÃO DE ÓRGÃO CONSULTIVO NA CÂMARA:

Faça ao exposto em 3, tentaremos junto das câmaras Municipais, de imediato com a de Vila Nova de Famalicão, promover a criação de um Órgão Consultivo sobre deficiência, onde as Organizações ligadas à problemática da deficiência, possam, expor as suas ideias e propor soluções para as implementar destacando de entre outras: estacionamento, rampas, adaptação de edifícios, centros comerciais e outros ligados à situação de deficientes, em especial deficientes motores e invisuais.

5 MUSEU-EXPOSIÇÃO DA GUERRA COLONIAL:

É ponto de honra desta Delegação, assumido com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão para a cedência das novas instalações, a criação do Museu-Exposição da Guerra Colonial com sede nesta Delegação.

Iremos unir esforços no sentido da criação dum protocolo entre a Delegação, Câmara Municipal de V.N. de Famalicão e Externato Infante D. Henrique, de modo a colocar em funcionamento e apetrechamento tal museu, e com a colaboração de todo o Nacional da ADFA na pesquisa de material útil ao mesmo.

6 — POSTO POLICLÍNICO:

Talvez seja demasiada ambição, contudo, propomo-nos tentar colocar à disposição dos associados todas as nossas energias para a criação dum Posto Policlínico para a prestação de actos médicos diversificados (clínica geral e outras especialidades), dirigido aos associados e familiares.

7 — APOIO JURÍDICO:

Tentaremos, em colaboração com a Delegação do Porto, criar condições de modo que o apoio jurídico existente naquela Delegação para apoio às Delegações do Norte, se torne mais eficiente com a implementação dum serviço permanente aos associados nesta Delegação, com um espaço e horário reservado para o efeito.

8 — CRIAÇÃO DUM ÓRGÃO CONSULTIVO DAS DELEGAÇÕES DO NORTE:

As Delegações existem para proporcionarem aos associados a concretização dos fins da ADFA na área onde residem.

Deste modo há problemas a resolver, específicos de cada Delegação e comuns a várias Delegações. As Delegações do Norte têm, neste aspecto, problemas que de algum modo são comuns e como tal, há que equacionar a solução dos mesmos em conjunto.

Assim, iremos tentar concretizar, para enriquecimento do todo nacional, em que nos inserimos, a criação de um órgão consultivo das Delegações do Norte, com reuniões cuja periodicidade será entre elas definido, no sentido de fazer chegar junto dos Órgãos Nacionais tais problemas, delineando a estratégia da sua solução.

Tal órgão consultivo poderá ser de consulta das delegações do Norte ou de consulta dos Órgãos Nacionais. Este Órgão Consultivo poderá ser constituído, em nosso entender, pelas Delegações de Castelo Branco, Coimbra, Viseu, Bragança, porto e Vila Nova de Famalicão.

9 — ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO:

Propomo-nos promover e efectuar com o apoio dos nossos associados, das outras Delegações e dos Órgãos Nacionais, o 25.º Aniversário da Delegação de Vila Nova de Famalicão, no 1.º semestre de 1999, de modo a honrar a existência da Delegação, como uma das delegações empenhada, activa e persistente nos objectivos e fins que a ADFA a nível Nacional e local pretende concretizar.

III CONCLUSÃO:

Reconhecemos que talvez este nosso programa seja demasiado audacioso, contudo, tentaremos ser fiéis à sua concretização, caso os associados em nós depositem confiança.

Da nossa parte tudo faremos para que os associados desta Delegação não se sintam defraudados, exigindo destes a sua colaboração e participação.

TODOS seremos poucos para levar a bom porto a NAU que temos a navegar.

FARO - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente José António Pereira S. Morte n.º 8574
1.º Secretário José Xavier Coelho Prata n.º 1984
2.º Secretário Artur Martins Cabrita n.º 4195

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente José Nicolau Rufino n.º 384
1.º Secretário João Angelo Fernandes..... n.º 7859
2.º Secretário José Maria Sião Custódio n.º 4400
3.º Secretário António José Anselmo Leal n.º 7693
Tesoureiro José Manuel das Neves Perpétua..... n.º 2387

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente José Francisco Guerreiro dos Santos..... n.º 10880
Relator Florentino José Esteves Pacheco n.º 11847
Vogal Duarte Silvestre Marques Martins n.º 5166

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

José Martins Raimundo..... n.º 1533
 António Custódio Ramos n.º 7021
 Joaquim Vitorino Campos n.º 7070
 Sérgio Pedro dos Reis Dias n.º 8731
 António Joaquim Tendeiro..... n.º 10406
 Vitor Manuel da Costa n.º 10018
 José Joaquim Guerreiro Mestre..... n.º 11845

CONSELHEIROS SUPLENTES

António Chagas Fialho n.º 7442
 Horácio José Fernandes Luz n.º 13841

Programa de Acção/Faro

A razão porque nos candidatamos novamente conforme alteração estatutária é porque não apareceu ninguém a organizar nova lista e como consequência e em consciência, nós não podemos voltar as costas à ADFA, como grande organização que é, onde todos juntos não somos de mais, devemos defender os nossos direitos a nível Nacional e Internacional, porque a ADFA já está além fronteiras como é óbvio, com o esforço de todos.

Com provas dadas, apresentamos mais uma vez, perante os associados da Delegação de Faro, que é todo o Algarve e parte do Baixo Alentejo, com a firme disposição de lutar pelos mais altos ideais da ADFA na defesa dos reais interesses dos deficientes e seus familiares, como um todo na Nação Portuguesa.

Continuamos a trabalhar pelo grande projecto de Silves a nível nacional e internacional, se as ajudas chegarem, porque ninguém o consegue fazer com a varinha mágica, mas não falta vontade.

Os associados sabem muito bem onde podem chegar, já que temos em tempos de milagres. O bar da Delegação tem condições para receber os associados e seus familiares e amigos, são todos bem recebidos.

A NÍVEL EXTERNO:

Procuramos continuar a dar a conhecer a ADFA e os seus reais problemas e as suas lutas, na defesa dos direitos dos militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas.

Quanto a instalações continuamos em negociações com a Direcção do CRSSA, que nos garantiu umas instalações condignas, ou também à espera que a nossa Sede nos compre casa como também tem feito para outras Delegações e que a Delegação de Faro também ajudou, até para a nossa Sede.

MADEIRA - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente Rui Manuel Catanho Silva..... n.º 6455
1.º Secretário José Aníbal C. Correia n.º 8918
2.º Secretário Francisco Abreu Fernandes..... n.º 10523

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente Ivo A. G. Faria Paulino..... n.º 6
Secretário Armando A. Vieira Costa..... n.º 8984
Tesoureiro João José Nobre Pereira..... n.º 9619

OPCIONALMENTE MAIS DOIS VOGAIS

Manuel Brás da Costa n.º 4252
J. Herculano G. Capitão n.º 5693

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente João Freitas Torres..... n.º 1722
Relator José João Macedo n.º 7743
Vogal Cândido Óscar F. D. Ferreira..... n.º 2620

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

João Manuel Martins..... n.º 11013
 Cláudio Conceição F. Caires n.º 12911
 João Abel Silva Santos..... n.º 13450
 Daniel José Nobrega Alves n.º 6012
 João Sousa n.º 5645
 Hugo Romão Luís Fernandes..... n.º 11888
 João Batista Gomes Serrão n.º 5680

CONSELHEIROS SUPLENTE

| | |
|------------------------------------|-----------|
| João Fernando Santos Oliveira..... | n.º 3357 |
| João Sousa Coelho..... | n.º 12472 |
| José Agostinho Nóbrega..... | n.º 2522 |

Programa de Acção/Madeira

Os candidatos aos órgãos sociais da Delegação da ADFA na Madeira cumprindo os ideais que levaram à criação da ADFA, e de acordo com os novos estatutos aprovados em 1995, propõem-se desenvolver um conjunto de acções que resolvam os problemas dos deficientes militares e façam divulgar a nossa Associação nesta Região Autónoma da Madeira.

PARA ISSO PROPOMOS:

1 — Divulgar junto das Autoridades Cívicas, Militares, Partidos Políticos, Associações Patronais e Sindicais e demais parceiros sociais, os problemas que vêm afectando cada vez mais os deficientes militares, num diálogo aberto, incisivo, reivindicativo e de sensibilização, num trabalho já iniciado pela direcção cessante.

2 — Transferir para o exterior, para a população civil, militar e eclesial, a ideia de que o peso do "outras" guerras ainda está vivo entre nós, dizer que somos nós, as nossas esposas e filhos o rescaldo de 14 anos de guerra, que na realidade existiu.

3 — Divulgar a nossa associação pela comunicação social, como forma de aumentarmos o número de sócios, e dessa forma aumentarmos o nosso serviço de apoio aos deficientes militares.

4 — Pensamos começar a recolher e a catalogar elementos para num futuro longínquo organizarmos uma exposição sobre a "Guerra Colonial", mas apenas com elementos existentes na Madeira.

5 — Procuraremos encontrar novas instalações para a ADFA Madeira, onde possamos desenvolver um outro tipo de actividades de apoio aos sócios, quer de ocupação de tempos livres, quer na vertente do apoio à sua deficiência.

6 — Aumentar as relações institucionais com a autoridade militar, função primeira das nossas deficiências e da razão de existirmos como Associação de Deficientes das Forças Armadas. Não iremos continuar a suplicar aquilo que temos direito.

7 — Negociar com a Repartição da ADME um protocolo no sentido das comparticipações dos sócios da ADFA serem recebidas através da Delegação.

8 — Diligenciar no sentido de tornar possível a redução nos custos dos transportes marítimos para o Porto Santo, bem como nas ligações aéreas para o Porto Santo.

9 — Contactar com os horários do Funchal (e com outras companhias de transportes públicos) no sentido de conseguir melhores condições e ajudas para os associados que utilizem os transportes públicos urbanos (e suburbanos).

10 — Contactar com os Serviços Sociais das Forças Armadas no sentido de alargar o âmbito da utilização da CERREPOSA aos deficientes militares em serviço.

11 — Manter uma ligação assídua com os associados da nossa delegação, promovendo e colaborando nas iniciativas locais que entendam levar a efeito.

12 — Promover o debate sobre as necessidades e anseios dos sócios desta região Autónoma, para podermos expressar o sentir dos sócios desta delegação nas futuras reuniões de âmbito nacional organizadas pela ADFA, bem como criar um serviço de recolha de informações, ideias e conselhos com o fim de apoiar a direcção na tomada das decisões necessárias.

13 — Aumentar as relações entre os órgãos sociais da delegação e os sócios espalhados pela Região, estabelecendo encontros de trabalho e de convívio nos vários concelhos da Madeira, promovendo a interligação dos sócios e dos seus familiares.

14 — Melhorar o funcionamento administrativo desta delegação, prestando maior apoio aos sócios e organizando um serviço de informação atempada sobre toda a legislação que diga respeito aos deficientes militares.

15 — Solicitar junto dos órgãos nacionais da ADFA um maior apoio para o funcionamento da delegação, que contemple os justos direitos dos que além de deficientes são ilhéus.

16 — Encarar muito seriamente o problema da idade, que vai avançando, das deficiências que vão agravando e da velhice que se aproxima, com a colaboração dos associados e não associados que queiram debater tão melindroso assunto.

Este plano de acção é uma continuidade do anteriormente elaborado, em virtude da direcção cessante não ter conseguido em tempo a realização na íntegra do mesmo e esta nossa lista candidata aos órgãos sociais da delegação para o triénio 1997-2000 ser composta maioritariamente por sócios que transitam dos anteriores corpos sociais, e que mantêm os objectivos de anteriores direcções.

Procuraremos trabalhar para que não sejamos esquecidos no virar do século que se aproxima, com a mesma dedicação e empenho que temos demonstrado até ao presente acto eleitoral.

PORTO - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|---------------------|----------------------------------|----------|
| Presidente..... | Henrique Tomaz M. Rodrigues..... | n.º 1624 |
| 1.º Secretário..... | José Henriques Ribeiro..... | n.º 3516 |
| 2.º Secretário..... | Venâncio José F. dos Santos..... | n.º 525 |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | | |
|-----------------|--------------------------------------|----------|
| Presidente..... | Abel Artur dos Santos Fortuna..... | n.º 580 |
| Secretário..... | Leonel Joaquim Moura R. Pereira..... | n.º 7437 |
| Tesoureiro..... | Carlos da Silva Correia..... | n.º 2472 |

OPCIONALMENTE MAIS DOIS VOGAIS

| | |
|------------------------------------|----------|
| Alcino Alfredo Vieira Machado..... | n.º 1974 |
| Manuel Fernando S. Ribeiro..... | n.º 23 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|-----------------|---------------------------------|-----------|
| Presidente..... | Martinho Rocha Nunes..... | n.º 3412 |
| Relator..... | Augusto Oliveira Santos..... | n.º 2440 |
| Vogal..... | Francisco José L. Teixeira..... | n.º 10256 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|------------------------------------|----------|
| Nicolau João Teixeira Azevedo..... | n.º 1514 |
| Gil Luís Garcia..... | n.º 7509 |

| | |
|------------------------------------|----------|
| Guilherme Dias Carneiro..... | n.º 4614 |
| Alberto Lopes Casais..... | n.º 1047 |
| Jaime da Conceição Rocha..... | n.º 7695 |
| Manuel Assunção Andres Magano..... | n.º 1619 |
| Manuel Pereira Santos Silva..... | n.º 1807 |

CONSELHEIROS SUPLENTE

| | |
|------------------------------------|-----------|
| Luís Rodrigues Silva..... | n.º 1462 |
| Daniel Dias Cunha Folha..... | n.º 12584 |
| José Manuel Baptista G. de Sá..... | n.º 1627 |

Programa de Acção/Porto

I INTRODUÇÃO

Os Associados que integram a candidatura apresentam-se ao acto eleitoral como continuadores dos actuais Órgãos Sociais da Delegação e identificam-se com o projecto Associativo iniciado no mandato que agora finda.

Os candidatos assumem-se como uma equipa empenhada na realização dos objectivos e ideais da ADFA e assumem a responsabilidade de implementarem a execução do programa de Acção orientados pelos seguintes princípios:

- A — Respeito pela vontade expressa a cada momento pelos Associados;
- B — Reforço e consolidação da participação dos Associados no debate e na definição das orientações da Acção Associativa;
- C — Intervenção firme e activa na acção reivindicativa da ADFA apoiando as propostas dos associados e exigindo a satisfação dos justos direitos ainda não alcançados;
- D — Reforço e consolidação de uma Acção Associativa com dimensão Nacional que passe pelo empenhamento dos Órgãos Sociais Nacionais e os Órgãos Sociais das Delegações;

2 PROPOSTAS E MEDIDAS

2.1 ACÇÃO INTERNA

A comunicação com os Associados será uma prática permanente e importante para levar ao seu conhecimento as questões da vida Associativa e conhecer as opiniões e as soluções que deverão orientar a acção.

Por isso, manteremos a reunião com os Associados do 1.º Sábado de cada mês, procurando que funcione como um canal de comunicação privilegiado.

Será mantida a prática de realização de reuniões em localidades fora da Delegação.

Continuaremos a promover os encontros de confraternização, nomeadamente os de Santa Maria da Feira (8 de Dezembro), Arouca (1 de Dezembro), Vila do Conde/ Póvoa de Varzim (Quinta -Feira Santa), Paredes (Maio), Viana do Castelo (Dezembro) e Chaves (Dezembro). Assinalaremos o Aniversário da Delegação (7 de Dezembro), e propomos levar a cabo o 24.º Aniversário da ADFA.

Os Núcleos de Associados serão apoiados independentemente de possuírem ou não instalações próprias pois que consideramos que a sua intervenção na Vida Associativa é relevante para o êxito das acções que nos propomos realizar.

Continuaremos os esforços para dotar a Delegação de um conjunto de Serviços Sociais e Clínicos que constitua um polo de recursos e meios técnicos ao dispor de todos os Sócios da Região Norte, nomeadamente:

- Consultadoria Jurídica
- Gabinete de Serviço Social
- Gabinete de Psicologia (Apoio psicológico aos afectados pelo "Stress de Guerra")
- Serviços Clínicos
- Ginásio de Manutenção

Reforçaremos e consolidaremos a participação e intervenção no jornal "ELO", procurando que o mesmo reflecta as opiniões e os problemas dos Associados e divulgue as actividades e acontecimentos e promova a divulgação das realizações da ADFA, na Região Norte.

Uma vez que já foi conseguido a posse definitiva das instalações, será dada prioridade à elaboração urgente de um projecto arquitectónico para dotar a Delegação das estruturas adequadas.

2.2 ACÇÃO REIVINDICATIVA

O caderno Reivindicativo apresentado pelos Órgãos Sociais Nacionais ao Ministério da Defesa Nacional constituirá a referência base para a acção e a estratégia reivindicativa.

Assim, defenderemos de forma firme, construtiva e em articulação com os Órgãos Sociais Nacionais a concretização dos direitos ainda não alcançados, tais como:

- Alargamento do direito das Pensões de Preço de Sangue a todas as viúvas;
- Melhoria dos direitos para os deficientes em serviço;
- Clarificação dos conceitos de Campanha e Risco Equiparado de forma a abranger as situações de preparação ou participação na Guerra de Guerrilha;
- Reposição de direitos e regalias, nomeadamente Subsídio de Risco aos Pára-quedistas, escalões e contagem de tempo de serviço;
- Reconhecimentos dos acidentes "in itinere", verificados aquando das deslocações de e para as Unidades Militares;
- Implementação de medidas que visem criar uma rede de estruturas de apoio à Terceira Idade;
- O papel do Conselho Consultivo deve ser reforçado visto que consideramos ser o Órgão privilegiado para a definição da Política Nacional para os Deficientes Militares.

2.3 ACÇÃO EXTERNA

- Promoveremos o debate com Associações Congéneres procurando estabelecer com elas plataformas de consulta ou acção para a resolução de problemas comuns.
- Manteremos o diálogo com as Autarquias Locais, o Governo Civil, os Partidos Políticos, a Região Militar, o Hospital Militar e outras Entidades.
- Fomentaremos por todas as formas ao nosso alcance a divulgação da problemática da "Guerra Colonial" junto dos Meios de Comunicação Social.

- Procuraremos realizar em articulação com a Direcção Nacional uma política que vise dar a conhecer à sociedade a problemática da "Guerra Colonial", nomeadamente promovendo a recolha de documentos e testemunhos, realizando um encontro de escritores e artistas que tenham trabalhado o tema, efectuando debates, colóquios e exposições.
- Promoveremos a realização de iniciativas no âmbito da saúde e da Justiça Militar, conjuntamente com Entidades Públicas e Privadas, tendo em vista encontrar respostas mais adequadas para os problemas dos Deficientes Militares.

2.4 CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

É reconhecido o papel que o CRPG tem desempenhado na área da reabilitação e integração de pessoas portadoras de deficiência, assim como os esforços da ADFA para que o mesmo atinja um Estatuto Jurídico consentâneo com a sua realidade. Assim, será dada prioridade a essa resolução e uma vez definida a situação defendemos a consolidação do Projecto, nomeadamente equacionando conjuntamente com as outras Entidades envolvidas no projecto e a Direcção Nacional uma nova fórmula orgânica de gestão. Os Deficientes Militares são em larga escala utentes da "Unidade de Ajudas Técnicas" pelo que se procurará junto dos responsáveis que os serviços prestados correspondam às exigências da evolução tecnológica e aos seus anseios.

2.5 ACÇÃO NACIONAL

A dimensão Nacional que caracterizou a orientação dos Órgãos Sociais que agora terminam o seu mandato, deverá ser reforçada e consolidada por forma a que todos os Órgãos Sociais participem e intervenham na gestão Associativa.

Por isso defendemos a descentralização das reuniões dos Órgãos Nacionais e das principais actividades.

Pugnamos ainda pela realização do 4º Congresso da ADFA e definição clara e precisa das orientações a serem defendidas nos Fóruns onde a ADFA participa, nomeadamente, na FMAC, IKK e SNR.

3 CONCLUSÃO

A execução do Programa de Acção que propomos exige rigor e empenhamento de todos os Associados independentemente de integrarem ou não Órgãos Sociais.

O apelo que fazemos é para que nos unamos em torno dos objectivos e ideais da ADFA, para que a nossa Delegação continue a ser um espaço de convívio e solidariedade Associativa.

Incrementar a formação sócio-profissional dos associados em estreita colaboração com os Órgãos Sociais Nacionais.

Tentar resolver os problemas associativos que subsistem através de um diálogo consertado e construtivo.

Incrementar o relacionamento com todas as associações de e para deficientes, entidades civis e autarquias.

Criar e dinamizar acções que possibilitem animação desportiva, cultural e convívio entre os sócios e familiares, tudo fazendo para o engrandecimento da ADFA.

Manter e incentivar as visitas domiciliárias aos sócios principalmente os marcados por deficiências mais acentuadas e com maior dificuldade em se deslocarem à Delegação.

VISEU - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente António Pais Ferreira n.º 586
1º Secretário António Rodrigues Cardoso n.º 1180
2º Secretário Zeferino E. Santo G. Marcela n.º 6910

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente João Manuel Santos Gonçalves n.º 684
Secretário Arnaldo Duarte Pereira n.º 1404
Tesoureiro Francisco Ferreira Batista n.º 6581

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente José Silva Ferreira n.º 881
Relator Laureano José Vieira da Silva n.º 607
Vogal João Francisco Pereira n.º 3567

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

Claudino Joaquim Ferreira n.º 2289
 Manuel Matos Vaz n.º 9753
 António Lopes Matos n.º 9026
 António Campos Mesquita n.º 819
 Germano Coimbra de Sousa n.º 1223
 Manuel Carlos Lopes Costa n.º 8543
 Jorge Manuel Costa Pinto n.º 5797

CONSELHEIROS SUPLENTE

João Jesus Pereira n.º 6701
 António Fernandes Pais n.º 3529

Programa de Acção/Viséu

Ao longo dos anos, a Delegação de Viséu da ADFA, viveu momentos bastante conturbados, pensamos mesmo, maus demais para a Associação que é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas. A credibilidade consegue-se com trabalho, compreensão, honestidade, competência e os associados, os dirigentes desta casa e todos os que estiveram com o projecto da Delegação, sabem como é estar no mundo associativo, dar aos associados a confiança, a tranquilidade, para em conjunto, dar continuidade ao projecto associativo a que nos propusemos.

Com o projecto das novas instalações da Delegação de Viséu da ADFA, fechou-se um ciclo ou iniciou-se um novo ciclo da ADFA de Viséu, que no ano de 1996, com a inauguração das novas instalações, congregou à sua volta quase 500 pessoas, os associados, Deficientes das Forças Armadas, (Militares) puderam de facto estar na sua verdadeira casa, que nós, dirigentes associativos, quisemos, com a colaboração de todos, ofertar à ADFA e dar a Viséu, distrito e capital da Beira Alta, a casa com que todos nós sempre sonhamos.

Há projectos de projectos e este não pode parar, precisamos de mais, queremos mais, e por isso, o projecto não vai ficar por aqui e vai ter, tem de ter continuidade, porque a Delegação precisa, os sócios querem e precisam do apoio da sua Delegação, para isso, precisamos de ter melhores condições de trabalho e por isso, vamos ter que arranjar forma de pôr o ar condicionado nas instalações da Delegação, da mesma forma vamos trabalhar para dotar a Delegação com um carro ou uma carrinha para transportar os Órgãos nas viagens para reuniões que são necessárias efectuar e dar apoio aos associados de toda a área envolvente da Delegação quando necessário e nos for solicitado, são factores importantes para a vida da Delegação a que entendemos e apelamos a todos os associados o seu empenhamento e directa colaboração para conseguirmos concretizar mais este nosso sonho.

Hoje a vida é assim, amanhã não sabemos como é, mas sabemos, temos a certeza que queremos mais, vamos cada vez mais fazer para que a família ADFA esteja unida, cada vez mais forte para encararmos, para enfrentarmos o ano 2000 com tranquilidade, com confiança e paz de espírito, sabendo nós, por experiência própria, que mesmo sofrendo, vale a pena viver. Tenhamos confiança, tenhamos fé, a vida em comunidade não é possível sem o sentido da generosidade e da fraternidade. A instituição ADFA é tudo de bom, porque nos apoia e está connosco.

SETÚBAL - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente José Maria Rosa n.º 52
1º Secretário Abílio Marques Loureiro n.º 4899
2º Secretário António Lucas dos Santos n.º 4470

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente José da Silva Pinto Faria n.º 3371
Secretário José Manuel Raminhos n.º 646
Tesoureiro António Francisco Viana n.º 1911

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente Estevão José Mira Carvalho n.º 9266
Relator Luís Albino Andrade n.º 9883
Vogal Armando Domingos Martins Ferreira n.º 9265

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

Zeferino Abreu Ribeiro n.º 9374
 António Manuel Rodrigues Pires n.º 11902
 José Augusto Quinta Queimada n.º 7149
 António Maria Casinha n.º 3826
 João Arnaldo Casalinho Honório n.º 2122
 José Manuel Miranda de Almeida n.º 8652
 Joaquim Lourenço Santana Patrício n.º 3365

CONSELHEIROS SUPLENTE

Joaquim Manuel Pirralha n.º 4905
 Avelino Guerreiro Gonçalves n.º 9031

Programa de Acção Setúbal

Tudo fazerem para continuarem a desenvolver o espírito associativo.

Serviços na Delegação do Porto

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr.ª Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO

DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO



Evasão

Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução.

Venda de veículos novos e em segunda mão.

Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS

Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFA - Alberto Pinto

tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7

A Indonésia a ferro e fogo

A INDONÉSIA ocupou, uma vez mais, há uns tempos atrás, as primeiras páginas da imprensa mundial e foi notícia de abertura dos espaços de informação das rádios e televisões. Infelizmente para aquele país, e para a comunidade internacional, o motivo de tão empenhado interesse é, como de costume, devido a funesta razão.

Vai a caminho de três meses, e parece que ainda sem previsão de controlo de todas as suas assustadoras consequências, o pavor do incêndio que lavrou nas florestas das ilhas de Samatra e Bornéu. Esta catástrofe, para além dos gravíssimos prejuízos internos, de cariz pessoal, social e económico, está a causar problemas de muito vultosa monta, de índole ambiental e meteorológico, nos países vizinhos, depois dos transtornos e desastres que provocou, na circulação aérea e marítima, daquela região do sueste asiático.

Apesar dos constantes e incisivos apelos feitos, pela consciência colectiva do mundo, para que as nações fornecedoras de conhecimentos, equipamentos e tecnologia militares, não continuem a armar os exércitos daquele país, tais vozes não têm eco nos vorazes vendedores de material bélico, e este, na Indonésia, é empregue na repressão das consciências discordantes do brutal peso da bota da ditadura e no extermínio e genocídio de comunidades, não só a timorense, as quais não aspiram a mais do que à conservação e manutenção da sua tradição, cultura e liberdade.

Seria de maior utilidade para o Globo, pelo que se vê, se fossem distribuídos, às forças armadas indonésias, conhecimentos

e material de extinção de fogos e que se transformassem os seus militares, tão peritos em massacres, em "soldados da paz".

Prestariam, seguramente, bem melhor serviço à sua nação, onde, afinal, nem sequer se sabe dominar um incêndio...

Mas após o encontro intratimorense, ocorrido há dias na Áustria, e entrados em Novembro, queira-se ou não, vem-nos à mente o estúpido, desnecessário e horrendo massacre do cemitério de Santa Cruz, em Dili. O que nos evoca o martírio constante do povo de Timor, sempre consumado pelas mãos, ou melhor, pelo tal material bélico entregue às forças armadas indonésias, em troca de uns quantos barris de petróleo...

Lembrei-me, por isso, de algumas declarações de altos responsáveis políticos que têm, ou dizem que têm, que ver com o futuro daquele povo. Senão vejamos...

Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, todas as afirmações de Ramos Horta, assumido líder político da resistência timorense, são 100% falsas.

No entanto, aquele laureado, no ano passado, com o Prémio Nobel da Paz, desmente tais palavras, pois, conforme garante, pelo menos 50 por cento do que diz, corresponde à verdade!

Nesta confusão, em que ficamos, afinal?

Asseguro, em nome da Virgem, tão da devoção dos habitantes de Timor-Leste e cuja imagem "os do costume" não deixaram colocar no monte Ramelau, o ponto mais elevado da sua ilha, que o que escrevi, isso sim!, corresponde à verdade, na proporção de 100% das palavras que acabastes de ler!

Patuleia Mendes



Timor: massacre no cemitério de Santa Cruz em 1991

ELO HÁ 22 ANOS

Na Emissora Nacional

Microfones interditos aos deficientes

OS ACONTECIMENTOS que levaram ao afastamento dos DFAS dos microfones da EN foram precipitados quando cerca das 16 horas do dia 9-10-75 os camaradas que ocupavam a dita estação Emissora receberam um telefonema do Sr. Tenente Almeida, membro do C. de Administração. Dizia este senhor que os DFAS estavam a ultrapassar o combinado em vários aspectos, entre eles os cinco minutos de emissão que nos tinham sido cedidos no jornal da tarde e no jornal da noite, chegando por vezes a ir aos nove minutos, e também que nós tínhamos já ultrapassado as altas esferas do Poder Político Nacional e que em face disso poderiam vir a ser enviados à EN os Comandos para nos desalojarem à força. Disse ainda que às 21 horas se deslocaria à EN para conversar com os camaradas Deficientes que lá se encontravam. Os camaradas que se encontravam na EN na altura deste insólito telefonema alertaram de imediato a comissão de luta na sede da ADFA. Esta comissão de luta na sede da ADFA. Esta comissão convocou de imediato um plenário de Deficientes para discussão e análise do que se estava a tramar nas altas esferas, com vista a calar a nossa voz, o nosso contacto com o povo que incondicionalmente nos tem apoiado na nossa luta. Os Srs. do Governo querem calar a nossa voz para que não possamos desmascarar toda a demagogia e falsidade que empestam as notas officinas dos seus compinchas do Ministério da Comunicação Social. Querem calar-nos de vez para que o povo explorado de Norte a Sul do País possa ser manobrado demagogicamente e atirado contra a nossa luta que é a luta dos seus filhos, daqueles que ficaram deficientes para defenderem interesses que não lhes diziam respeito, interesses de meia dúzia de grandes famílias de Colonos, algumas delas com interesses no Governo neste momento.

in ELO nº 20 - 15 de Outubro de 1975



SEAT

IBERPEÇAS
SOBRESSALENTES AUTO, LDA.

ALHAMBRA



OFICINAS / PEÇAS

RUA CIDADE DE RABAT, LTE. 2-B - 1500 LISBOA - TELF. 778 60 07
RUA HERÓIS DO CHAIMITE, LTE. 8 - 2675 ODIVELAS - TELF. 937 60 40

STANDS

AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO, Nº83 - LOJA - 2675 PÓVOA DE STº ADRIÃO
RUA ELIAS GARCIA, LTE. 8-B - VENDA NOVA - 2700 AMADORA

CONTACTOS

ALBERTO PINTO: TELF. 757 04 22 - TLM 0931 26 61 53
LUÍS MENEZES: TELF. 937 60 40 - TLM 0931 85 42 45

«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»



URGÊNCIAS DENTÁRIAS
&
SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 414 69 90 Lagos (082) 764189
Algés (01) 411 46 66 Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA,
EDP, MJ, SAMS (outros ex.Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

Mesas de Voto

SEDE

Av. Padre Cruz, Edifício ADFA
LISBOA

DELEGAÇÕES

BRAGANÇA

Bairro F.F. Habitação Bloco H,
20 r/c Dtº
MÃE D' ÁGUA

CASTELO BRANCO

R. Dr. Ruivo Godinho, 2

COIMBRA

Av. Fernão Magalhães, 429 A - 6º F

ÉVORA

Rua dos Penedos, 10 C

FARO

Rua de S. Pedro, 30

FUNCHAL

Rua Velha da Ajuda, 50

PONTA DELGADA

Rua Ernesto do Canto, 20 - S. Miguel

PORTO

Sede de Delegação — Rua Pedro Hispano, 1105 (ao Carvalhido) e nos seguintes locais:

Viana do Castelo — Junta de Freguesia da Meadela

Ponte da Barca — Bombeiros Voluntários da Ponte da Barca

Chaves — (Associação Flaviense - Bombeiros Voluntários)

Vila Real — Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real e Cruz Verde

Lixa — Bombeiros Voluntários da Lixa

Peso da Régua (A.R.D.A.D) - R. Dr. Manuel Arriaga

Penafiel — Bombeiros Voluntários de Penafiel

Santa Maria da Feira — Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira

SETÚBAL

Rua Almeida Garret, 70

FAMALICÃO

Sede de Delegação - Centro Coordenador de Transportes Sala 5

VISEU

Praceta ADFA - Emp. Magnólias, Lt 4 - r/c Q (Rua César Anjo)

NÚCLEOS

ALCOBAÇA

Assembleia Municipal de Alcobaca

AVEIRAS

Mercado Diário, Sala 6

GUARDA

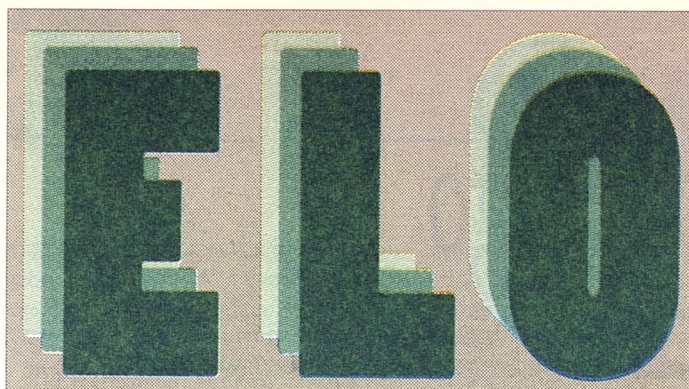
R. Dr. Manuel de Arriaga, 1 - 1º Fte.-Dtº.

GUIMARÃES

Rua de Santo António, 157

PENICHE

Câmara Municipal de Peniche



DIRECTOR: António Carreiro
PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa
Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Cooperação com Angola dá novos passos

Centro de Reabilitação de Luanda no bom caminho

O PROJECTO de cooperação entre Portugal e Angola para a construção de um centro de reabilitação e produção de próteses e ortóteses e uma fábrica de confecções, ambos em Luanda, está no bom caminho. É pelo menos esta a ideia com que ficou o presidente da Direcção Nacional da ADFA, Humberto Sertório, depois de ter estado em Angola integrado na comitiva oficial do primeiro-ministro, António Guterres, na última visita àquele país, no final de Outubro.

Apesar de alguns problemas de ordem financeira, o ELO apurou que o centro de reabilitação pode mesmo ficar pronto mais cedo do que o previsto. Foi precisamente pelo facto de um dos centros de reabilitação na capital angolana (Centro de Viana) estar encerrado há já algum tempo que Humberto Sertório decidiu propor aos responsáveis da congénere angolana da ADFA, a Associação dos Militares Mutilados da Guerra de Angola (AMMIGA), ao vice-ministro da Defesa e ao chefe da Casa Civil do presidente angolano, José Peixoto, a hipótese de reabilitar e pôr a funcionar o centro até agora encerrado. Instalando aí, com custos muito mais reduzidos e um período de execução mais reduzido, o centro que a Associação e AMMIGA queriam construir.

No entanto, para que o objectivo seja atingido, é necessário que a tutela do Centro de Viana passe do Ministério da Saúde para o Ministério da Defesa pois só após a transferência de competências o Governo angolano poderá entregar a gestão do centro às duas associações.

Além da AMMIGA, também o vice-ministro da Defesa angolana, concordou com a proposta do presidente da Direcção Nacional da ADFA, comprometendo-se a efectuar contactos com os dois ministé-

rios, no sentido de acelerar o processo. Logo que esteja consumada a transferência de competências, o projecto do centro de reabilitação será reformulado.

A convite da ADFA, no dia 17 e 18 de Novembro, o vice-ministro da Defesa angolano visitará as instalações da Associação em Lisboa e no Porto, durante a sua passagem por Portugal, na viagem de regresso do congresso da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra (que se realiza de 9 a 15 de Novembro, em Seul, na Coreia do Sul).

Já em relação à fábrica de confecções Investro existe a possibilidade de esta começar a funcionar ainda antes do final do ano, uma vez que o Governo português já disponibilizou a verba para o arranjo das máquinas e começo da laboração e o governo angolano ofereceu dois contentores com tecidos para batas escolares. No futuro, há também a hipótese da fábrica poder vir a fazer fardas para militares.

Durante a visita a Angola, Humberto Sertório aproveitou a oportunidade para falar com o Chefe de Estado Maior do Exército, general Espírito Santo, sobre a situação dos cinco grandes deficientes internados no Anexo do Hospital Militar Principal. O general reiterou a sua posição, garantindo que estes "não serão postos na rua" enquanto os seus problemas não estiverem resolvidos e que, na eventualidade de terem que sair, existem instalações preparadas para os receber no Hospital Militar da Estrela. O presidente da Direcção Nacional recebeu também garantias do secretário de Estado da Defesa, Júlio Pereira Gomes, sobre a legislação que já está acordada com o Ministério da Defesa e que se encontra neste momento à espera de despacho, na Secretaria de Estado do Orçamento. • N.C.

Costa Brás toma posse

Preocupado com o alheamento da sociedade face aos problemas dos deficientes, o coronel Costa Brás defendeu, dia 13 de Outubro durante a tomada de posse da presidência do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD), a criação, a nível nacional, de um dia dedicado exclusivamente aos cidadãos deficientes, como forma de sensibilizar a população para os seus problemas. A cerimónia foi presidida pelo ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, que fez questão de sublinhar que o papel de Costa Brás não será um papel "meramente burocrático ou administrativo". À semelhança do que aconteceu este ano com a toxicodependência, "a sociedade e os deficientes também precisam do seu 'dia D'", afirmou o coronel, justificando que a existência desse dia ajudaria a resolver questões tão importantes como a "melhoria da aceitação dos deficientes no emprego". Conhecedor de alguns problemas dos deficientes portugueses, em virtude de ter uma filha também ela deficiente, Costa Brás lembrou ainda que o investimento feito na pessoa deficiente é "um investimento quase sempre recuperado", dando como exemplo o facto dos alunos numa escola de reabilitação terem altos níveis de aproveitamento. Para já, o também presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, em Moçambique, convida as associações de deficientes a fazerem um levantamento das prioridades para serem debatidas na primeira reunião do conselho. •

Porto assina escritura

A DELEGAÇÃO da ADFA no Porto concretiza, dia 6 de Novembro, com a escritura de compra das suas instalações, uma ambição antiga. Ao fim de 23 anos, e depois de muitas negociações com a Direcção Geral do Património, os prédios que a Delegação ocupa na rua Pedro Hispano e na rua de Francos passam a fazer parte do património da Associação, facto que deixa os responsáveis do Porto "bastante satisfeitos". Com a compra das instalações, os projectos entretanto adiados vão agora poder ser postos em prática e, à semelhança da Sede Nacional, o Porto poderá vir a ter em breve uma mini-clínica, com um posto de enfermagem, dois consultórios médicos, um ginásio com sala de aparelhos, sauna e piscina terapêutica. A aquisição das instalações a título definitivo, vai permitir também a construção de um centro de acolhimento e lazer para os deficientes das Forças Armadas. Nos terrenos, só será permitida a construção daquilo que esteja dentro do âmbito de acção da ADFA, ou seja, projectos que digam respeito à reabilitação e reintegração social dos deficientes militares. Para festejar o evento, a Delegação do Porto convida todos os associados a participarem numa pequena cerimónia de comemoração, dia 6 de Novembro, às 17 horas, na Sede da Delegação. •

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado

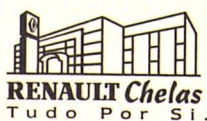


Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
 TM: 0931 25 50 23
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
 TM: 0931 26 61 53

